

# EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • Nº 86 • 18 a 25 de outubro de 1979 • Cr\$ 20,00

# O PT

# SAI

# PRAS RUAS



Sérgio Falci

Reunidas em São Bernardo no último dia 13, diversas lideranças populares decidiram repudiar a reforma partidária da ditadura e partir imediatamente para a formação de núcleos do Partido dos Trabalhadores

**exclusivo**

## Veja como você pode entrar no Partido dos Trabalhadores

Aquí, na íntegra, todos os documentos do PT e as dicas sobre como formar um núcleo e tornar-se um militante.  
(Págs. 7 a 10)

### NICARÁGUA

Bernardo Kucinski  
conta a  
Revolução Sandinista

(Pág. 16)

### MONLEVADE:

grevistas contra a  
ditadura na  
fábrica

(Pág. 3)

### O surgimento do PC do B

Contribuição à História  
da Esquerda Brasileira

(Págs. 13 e 14)

### CULTURA

Hélio Fernandes:  
as relações entre a  
censura e a tortura

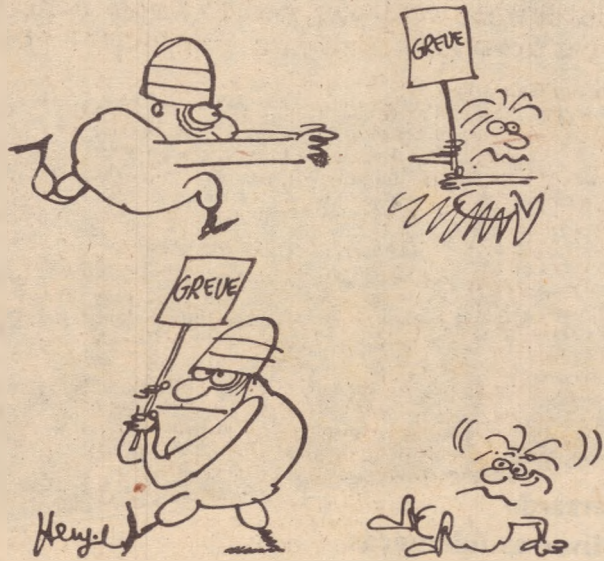
(Pág. 11)

## porque a policia está fazendo passeata

A polícia carioca está fazendo greve e passeata. Está saindo publicamente às ruas para defender o que considera "os seus direitos", ou seja, o arbitrio a que se acostumou - e que usou e abusou impunemente - durante os últimos 15 anos.

O caso Aézio, no Rio de Janeiro, aparece como a gota d'água de um processo que precisa ser levado às últimas consequências. É evidente que o aparelho repressivo, no entender da cúpula figueiredista, não pode mais agir como o fez nos últimos tempos. Também sobre este aparato devem cair as novas regras da abertura por cima. Isto é: o aparelho deve ser conservado, para ser utilizado com mais racionalidade - para isso, contudo, precisa ser enquadrado. Não se trata de superá-lo radicalmente - como é necessário e como pleteia a oposição mais consequente - mas, mesmo assim, a máfia policial que tortura, corrompe e assassina está-se sentindo ameaçada.

No desespero de justificar sua atuação completamente arbitrária, delegados e agentes divulgam a existência de uma portaria da Secretaria de Segurança autorizando prisões ilegais, que, inclusive, contrariam dispositivo constitucional, de uma Constituição outorgada e ela mesma arbitrária. O que prova, no mínimo, que não se trata de um problema menor de "maus policiais", mas de uma estrutura montada para servir aos interesses da ditadura e, de modo mais geral, da própria sobrevivência do capitalismo no país. O combate à



marginalidade, com as polícias e os Esquadrões da Morte confundindo-se numa mesma organização, somente dá provas, a todo momento, que a origem do problema está fora da sua alçada: os marginais surgem e se desenvolvem por não encontrarem condições de sobrevivência numa sociedade que, por definição e por prática, marginaliza com o desemprego, com

a proletarianização, com a expulsão do trabalhador de sua terra e com todos os seus mecanismos baseados no lucro.

O juiz Alvaro Mayrink da Costa julgara esta semana os policiais que assassinaram Aézio. Dependendo da sentença, a polícia carioca ameaça transformá-lo proximamente em vítima. (C.T.)

## a política nacional de saúde em questão

Realizou-se em Brasília, de 9 a 11 deste mês, o primeiro simpósio sobre Política Nacional de Saúde, patrocinado pela Comissão de Saúde da Câmara Federal. Curiosamente, não teve o apoio das diversas instituições de saúde governamentais. Entretanto os quase mil profissionais que compareceram ao simpósio deram mostras de que tratam a questão com muito mais seriedade.

Dos três temas em que foi dividido o simpósio: recursos humanos, hierarquização e privatização; foi o último que mais polarizou as discussões. A conclusão apontada foi de que não se trata de estatizar o setor da saúde. A questão é maior, mesmo porque o financiamento do setor já é estatal. O problema está no controle

pelos trabalhadores das instituições que regem a assistência médica no Brasil. Ou seja, de pouco adianta a estatização se os trabalhadores não dispuserem de poder para reorientar as funções da saúde de acordo com seus interesses.

É evidente que dentro desta perspectiva torna-se fundamental a luta pela democratização da sociedade. Dessa forma politiza-se o debate da saúde, retirando-o da esfera de questões técnicas.

Esses pontos, juntamente com outras sugestões acolhidas no relatório final do simpósio, coloca para a VII Conferência Nacional de Saúde a realizar-se em dezembro próximo, um ponto de partida de extrema importância. (Virgílio Baião).

## o repúdio ao pacote do mec

Nestas últimas semanas a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - viveu acontecimentos inéditos, pelo menos desde 1968. Foram as Assembleias conjuntas da comunidade universitária, nas quais professores, estudantes e funcionários, lado a lado, debateram as últimas propostas do MEC para a crise das Universidades federais.

A razão destes inéditos e promissores passos podem ser atribuídos por um lado às profundas insatisfações geradas tanto com o conteúdo das propostas do MEC (ensino pago, a CLT substituindo o regime estatutário para a contratação de professores e funcionários, a manutenção do autoritarismo com a "distensão" na escolha dos dirigentes e no sistema decisório) como os métodos de elaboração destas: dos gabinetes de Brasília para as Universidades, o já tradicional pacote MEC. De outro lado, para esses passos muito contribuiu a ampla denúncia, desde o primeiro semestre, que os estudantes promoveram impe-

dindo que um problema de interesse de toda a comunidade ficasse retido nos escaninhos da burocracia universitária. E, mais recentemente a atitude dos dirigentes universitários, da reitoria e de algumas escolas, quando romperam a cumplicidade que vinham tendo com o MEC e se negaram a mais uma vez, servir de anteparo à uma política educacional. Em algumas escolas os próprios diretores convocaram assembleias conjuntas; e a reitoria da UFMG convocou uma Assembleia Universitária para o posicionamento da comunidade sobre o "pacote do MEC".

Já na primeira assembleia conjunta o pacote do MEC foi repudiado por unanimidade. Os próximos passos, decididos pela Assembleia são a preparação, por uma comissão tripartite de uma carta de princípios para a Universidade e de um ante projeto da comunidade para ser contraposto ao pacote do MEC. (Sucursal de Belo Horizonte).

## desaparecidos políticos

O livro "Desaparecidos Políticos" co-editado pelo Comitê Brasileiro de Anistia e pelas Edições Opções, estará sendo lançado na próxima quinta-feira, 25 de outubro, às 20:00 horas, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, na rua Rego Freitas, 530.

## mdb popular é isso aí

Para espanto de ninguém, o "novo MDB" já está aí, bem delineado, só faltando agora a sagração de sua nova direção nacional no começo de novembro, em Brasília, na convenção do partido.

No Rio, onde era mais forte a tendência à "depuração do MDB" ao "MDB popular", como proposta de certos setores da esquerda, o quadro da convenção foi trágico, para não se dizer cômico. Pois os chaguistas partiram para o pau em cima dos "populares" com socos, pontapés e outras porradas, dando a entender, pelos seus métodos, que não apreciam nem um pouco os debates ideológicos.

Em São Paulo, como era esperado, venceu a chapa de unidade entre Monteiro e Quêrcia, encabeçada por Mário Covas que, apesar de também contar com adesistas, já fala no entanto em depurações no MDB estadual, diante das indecentes adesões a Maluf por parte da bancada.

Mas o máximo esteve na composição para a direção nacional do partido. O conchavo da chapa "harmonia", para a Comissão Executiva, apesar dos arroubos prévios dos autênticos, terminou não contemplando-os: a não inclusão de Arraes foi ponto de honra dos moderados e adesistas; autênticos como Chico Pinto negaram-se a compor ao lado dos chaguistas. E como se não bastasse, Tancredo Neves, o grande articulador do conchavo, está agora propondo União Nacional das oposições em torno a Figueiredo para "salvar o país da inflação".

## o ditador e as crianças

Poderíamos imaginar outras perguntas que as crianças brasileiras pudessem fazer ao presidente. Marcia: "O que o senhor faria se governasse um país em que 1.151.880 de pessoas, 33,7% do total de pessoas economicamente ativas, ganhassem até um salário mínimo? Ricardo alçando a voz em tom ameaçador: "O que o senhor faria se governasse um país em que esse mesmo salário mínimo tivesse decrescido de Cr\$ 2.000,00 em 1963 para Cr\$ 1.300,00 em 1977 (a preços de 1978)? João e Marcia e todos "os meninos" e meninas em coro: "E o que o senhor faria se

## ranciaro: ele sabe demais

No sábado, dia 6 de outubro, o tenente gaúcho Mário Ranciaro foi preso por soldados da aeronáutica na sua residência em Porto Alegre, vindo aparecer cinco dias mais tarde no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Nesse meio tempo as autoridades da aeronáutica mantiveram o tenente incommunicável, chegando inclusive a negar a sua prisão.

A transferência de Ranciaro para o Rio está envolta em um clima nebuloso: não existe nenhuma ordem de prisão contra o tenente, mas apenas uma intimação para depor na 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre, onde está sendo processado por calúnia, pelo Coronel Attila Rohrsetzer, diretor do Departamento Central de Investigações da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. Para o advogado de Ranciaro, Geraldo Rosas, mesmo que houvesse ordem de prisão, o tenente só poderia ser transferido para o Rio com autorização do Juiz Dorvalino Tonin, responsável pelo processo. Como isso não aconteceu fica perfeitamente caracterizado que Ranciaro foi sequestrado pelas autoridades militares, que contaram inclusive com o auxílio dos aviões da FAB para transportar o tenente para o Rio, já que seu nome não consta da lista dos vôos comerciais.

Ranciaro é uma presença incômoda para os altos escalões das Forças Armadas e da Polícia, possuindo informações detalhadas da sua organização e participação na morte de dois sargentos do exército e, mais recentemente, no sequestro dos dois uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Diaz. Essas informações convergem para uma pessoal, o Coronel Attila Rohrsetzer, um dos primeiros nomes nas listas de torturadores publicadas por EM TEMPO, figura de destaque na organização da repressão não só no Brasil mas em todo Cone Sul.

### A morte do Sargento Raimundo

Raimundo Soares foi expurgado do exército pelo seu envolvimento político, logo após o golpe de 1964. Preso de 1966 pelo Dops gaúcho, reapareceu em agosto, morto, boiando nas águas do Guaíba, com as mãos amarradas nas costas.

Em novembro de 1972 Mario Ranciaro entregou a Cláudio Schuc, advogado da esposa do sargento, uma documentação com informações detalhadas sobre as circunstâncias e as pessoas envolvidas na morte de Raimundo e de um outro sargento do exército, Hugo Kretchoer. As denúncias de Ranciaro foram publicadas no jornal EM TEMPO, nº 33, de outubro de 78.

Segundo o relato de Ranciaro o sargento Raimundo depois de ficar quatro meses na ilha do Presídio, voltou ao Dops no dia 13 de agosto, onde depois de uma sessão de tortura assinou um documento de soltura. Depois de sua pseudo libertação Raimundo foi conduzido por um jipão do exército para as margens do Rio Jacuí onde foi assassinado. Participaram da operação os sargentos Milton

Ferrarezi, Hugo Kretchoer, Nilo Vaz de Oliveira, Enio Cardoso da Silva, Theobaldo Eugênio Berhens, Itamar de Matos Bones, Eloir Behs, Volnei da Cunha, Wolmir, tenente R/2 Luiz Otávio Lopes Cabral, Rui Alberto Duarte, capitão F/1 Darci Paiva Bueno e outros. Quem comandava a operação era o então tenente Coronel Luiz Carlos Menna Barreto e o Major Attila Rohrsetzer.

### A morte do 2º sargento

Os episódios da morte de Raimundo Soares foram relatadas a Ranciaro por seu amigo Hugo Kretchoer, o qual participara do atentado. Ele era motorista do caminhão que prendeu Raimundo e participou de suas sevícias. Depois disso, sempre que bebia, contava o caso e o nome dos envolvidos, para qualquer um que estivesse por perto, transformando-se em uma presença incômoda para os militares e policiais envolvidos. A morte de Kretchoer ocorreu depois de um atrito entre ele e seus colegas numa festa realizada no conhecido cabaré gaúcho - a Mônica. Na ocasião o sargento voltara a falar na morte de Raimundo Soares e no nome dos participantes de seu assassinato. E casualmente seus colegas presentes eram alguns dos responsáveis pelo "caso das mãos amarradas", entre eles o tenente Coronel Attila.

Ranciaro acusa que o sargento saiu da boate quase morto, onde foi esbofetado e baleado e depois foi assassinado dentro de um caminhão militar com um tiro na nuca, desferido pelo tenente R/2 Luiz Otávio opes Cabral. O corpo, levado para o centro da cidade e trasladado para um táxi da empresa do Sargento Francisco Berhens, foi depois jogado em um banheiro nas proximidades do Rio Jacuí, em frente a estação da Rádio Gaúcha.

No dia 24 de agosto um esqueleto humano é encontrado nas proximidades do Rio Jacuí e junto a identidade de Hugo Kretchoer, conforme registrado pela polícia rodoviária. No entanto essa identidade desapareceu e o III Exército negou que tivesse em suas fileiras qualquer militar com o nome de Hugo Kretchoer.

Mas Ranciaro é firme em declarar que conheceu o sargento Hugo Kretchoer em Porto Alegre e que antes disso o referido sargento serviu no 7º regimento de Infantaria de Santa Maria, sendo depois transferido para o 3º regimento de Engenharia de Cachoeira do Sul e finalmente para o QG do III Exército em Porto Alegre. Era casado com Angela Pantaniolli Kretchoer, que nunca mais foi vista.

O que as autoridades militares estão tentando demonstrar é que Ranciaro é louco e que todas as suas denúncias não passam de delírios de um doente mental. Esse ao menos é o argumento do Coronel Attila Rohrsetzer que mais uma vez foi acusado por Ranciaro, agora como organizador do sequestro dos uruguaios, efetuado pela polícia gaúcha associada à sua congênere uruguaia. (Da Sucursal)



(Francisco Paulo Cipolla)

## João Monlevade Entre a co-gestão e o controle operário

Na sexta-feira, 12, os 4300 metalúrgicos da Belgo Mineira, em João Monlevade, batem o ponto e cruzam os braços. Greve. Entre as reivindicações, consta a exigência de uma comissão paritária com poderes para decidir sobre diversas questões dentro da fábrica. Os patrões acusam: o sindicato quer tomar a direção da empresa!

Por Juares Guimarães

A paralisação começou exatamente às 15:00 horas de sexta-feira, no momento da troca de turnos. Como se fossem personagens de uma cena rigorosamente ensaiada, os milhares de trabalhadores da usina da Belgo Mineira em João Monlevade, Minas Gerais, simultaneamente cruzaram os braços, interrompendo a produção: um lingote que estava sendo debastado ficou a meio caminho e o mesmo aconteceu com os rolos de arame em processo de esfriamento. Cinco minutos depois das três, a greve decidida às 8:00 horas no grêmio da cidade, já era um fato consumado em todos os setores da empresa.

No domingo foi a vez dos 1800 operários da Belgo Mineira, em Sabará, engrossarem o cordão da greve e se o impasse das negociações continuar por mais alguns dias, a trefilaria da empresa, em Contagem, que emprega cerca de 5 mil trabalhadores, fatalmente paralisará frente ao colapso do fornecimento vindo de Monlevade e Sabará.

Nestas duas cidades, dia-a-dia, se repete a rotina da greve: os operários comparecem ao trabalho pontualmente, em seus horários, assinam o ponto e cruzam os braços; no Sindicato, um plantão permanente se encarrega de renovar as notícias sobre o andamento das negociações e decidir sobre tarefas de emergência. Este é um movimento tranquilo e sem maiores distúrbios. Diferentemente das outras ocorridas recentemente em Minas, a violência patronal não encontra espaço para agir nesta greve

que conta como apoio unânime da categoria e que sequer precisa recorrer a piquetes para se sustentar.

Não é casual o fato de a greve em Monlevade apresentar níveis de organização e disciplina maiores do que os encontrados em greves ocorridas em outras categorias e mesmo entre os metalúrgicos mineiros. O que as diferenças na organização destas greves realmente revelam é o crescimento profundamente desigual do sindicalismo. Enquanto na maior concentração operária de Minas, Belo Horizonte e Contagem, o sindicato é hoje ainda ocupado por uma diretoria sem maiores compromissos com a categoria, a retomada de um sindicalismo combativo em Monlevade se deu em 1972, com a eleição da chapa de oposição encabeçada por João Paulo Vasconcelos. De lá para cá, culminando na greve do ano passado, o que se verificou foi um trabalho contínuo de ativação e politização dos metalúrgicos da cidade, tendo como centro a diretoria do Sindicato que, crescendo em entrosamento e confiança com a categoria, praticamente se manteve a mesma.

Por outro lado, a continuidade deste trabalho foi garantida porque em última instância a situação da direção do movimento (a diretoria do Sindicato), gozando de estabilidade, não permitiu que se repetisse aqui a costumeira caça às lideranças, após movimentos reivindicatórios, através das demissões. Tudo isto levou a que a categoria partisse

para esta greve com um alto nível de organização e coesão internas que, embora não se reflitam em organismos de base, se expressa numa confiança resoluta na direção imprimida ao movimento pela diretoria do Sindicato.

### Um movimento politizado

As reivindicações levantadas pelo movimento grevista de Monlevade equivalem a um forte desmentido ao argumento, apresentado por alguns, de que o movimento sindical brasileiro ficaria sem bandeiras após a aprovação do projeto de reformulação da política salarial do governo. Aprofundamento das conquistas econômicas, alterações na rotina do trabalho e democracia dentro da fábrica, são os eixos que orientam os trinta e cinco itens exigidos pelos metalúrgicos da cidade.

No campo propriamente econômico as reivindicações mais importantes são a exigência de um acréscimo de Cr\$ 4.000,00, além do índice do governo, como forma de repor, parcialmente, as perdas salariais dos últimos anos (a Belgo ofereceu Cr\$ 2100,00 mas não foi aceito), um piso salarial de Cr\$ 8144,00 considerado como uma quantia realista para substituir o salário-mínimo hoje depreciado (a Belgo ofereceu Cr\$ 5200,00 mas não foi aceito), alteração no sistema de reajuste salarial, atualmente realizado de quatro em quatro meses, para mensal (ultrapassando em muito o projeto do

governo) participação no lucro da empresa com a distribuição de 15% do lucro líquido.

No campo da organização do trabalho, as reivindicações mais substantivas se referem à extensão da jornada de trabalho com a redução das atividades para 40 horas semanais, da prestação de horas-extras para situações excepcionais; e ao ritmo de trabalho, uma proposta de contratação de médicos, escolhidos pelo Sindicato e pagos pela empresa, para realizar um levantamento sobre as condições físicas e psíquicas geradas pelo trabalho na usina. Porém a reivindicação que tem sido considerada a principal pela diretoria do Sindicato e que tem marcado o impasse maior nas negociações, é a exigência do funcionamento de uma comissão paritária formalmente aprovada pela empresa nas negociações da greve do ano passado, e que teria as atribuições de decidir, com força de contrato coletivo, sobre questões relativas à disciplina interna na fábrica, ao processo de trabalho e de demissões (ver box).

Enquanto a Belgo acusa, intransigentemente, o Sindicato de querer tomar a direção da empresa (sic), disposta a não ceder um palmo de sua ditadura dentro da fábrica, os trabalhadores não parecem dispostos a ceder, o que indica que os resultados desta greve dependerão em última instância do fôlego dos grevistas e da capacidade da empresa de suportar um prejuízo de mais de 30 milhões diários.



## Sabará Cartões marcados e braços cruzados

Os 1800 metalúrgicos de Belgo-Mineira de Sabará estão em greve desde as 15:00 horas de domingo, 14, por decisão da assembléia operária realizada no super-lotado cinema do Sindicato dos Metalúrgicos. Só não entraram em greve os 250 funcionários das seções de projetos, relações industriais, pessoal e do escritório central de pontos. Na produção, contudo, a Belgo não conseguiu nenhum fura greve a seu favor.

### Greve Unida

Esta frase não é nenhuma palavra de ordem da greve, mas corresponde exatamente a escolha que os operários fizeram para a deflagração da campanha salarial deste ano: unificação das reivindicações dos metalúrgicos da Belgo de João Monlevade e de Sabará e unidade na greve.

Desta vez a campanha salarial iniciada em setembro, começou a quatro mãos, conduzida pelos sindicatos de Monlevade e de Sabará, que estabeleceram, de fato, uma ação operária inter-sindical. Já em setembro a lista das reivindicações comuns estava elaborada. Dentre os 31 itens comuns os principais são a exigência de um piso salarial de Cr\$ 8.144,00; gratificação de retorno de férias de 240 horas, considerados os adicionais já existentes; reajustes mensais; participação nos lucros da empresa correspondentes a 15% dos lucros líquidos apurados em balanço sendo a distribuição destes lucros feitos de forma inversamente proporcional aos salários; e o controle operário da área de Higiene, Medicina e Segu-

rança de trabalho, através da indicação de um médico pelo sindicato.

### A assembléia decide a greve

No domingo, em Sabará, todos já sabiam que a greve viria.

Desde 1964 até 1978 os operários de Monlevade e de Sabará viveram sob o domínio do aço e do medo, até que veio a greve do ano passado, em Monlevade.

Tres horas após o início da assembléia, chegou a hora da greve, praticamente decidida pela assembléia depois que ela recusou a contra-proposta da Belgo lida e analisada no plenário, e que não deve atender a nenhuma das reivindicações principais e recusa praticamente todas as exigências secundárias. Ofereceu um piso de Cr\$ 5.200,00. Recusado.

Na hora da decisão, o presidente do sindicato, Luis Miguel Costa, exercendo seu terceiro mandato, pediu para todos ficarem de pé. "Quem for a favor da greve levanta a mão". Aprovada. Enquanto isto, vários operários distribuíam na plenária a folha contendo as 18 orientações para a organização da greve. Como em Monlevade, os operários bateriam o ponto e permaneceriam no interior de fábrica, sem trabalhar. Qualquer ordem só seria obedecida se fosse dada pessoalmente pela direção do sindicato. As 15:00 horas a velha usina, matriz da Companhia Belga, fundada em Sabará em 1934, ficava completamente sob o poder da classe operária.

## Os riscos da co-gestão

Por Ricardo Rabelo

"Esse é um fato inédito. Pela primeira vez o interesse econômico é sobrepujado pelo jurídico", foi o comentário do Delegado substituído da DRT mineira, quando da reunião de negociação realizada na última segunda-feira. Na verdade, esta é a greve que tem colocado, com mais ênfase a questão da democracia dentro da fábrica, mas certamente está longe de representar um interesse jurídico, como pensa o Delegado. Pelo contrário, é uma ênfase que se justifica pelo fato de os patrões, sistematicamente, usarem todos os métodos possíveis para fugirem ao cumprimento dos acordos, demitir, reforçar segurança interna, cortar regalias, exigir maior velocidade no ritmo de produção, etc. Tudo isto tem levado as principais lideranças sindicais à constatação de que o que está em jogo é a questão do poder dentro da fábrica, pois se não conquistam o poder de impedir demissões, de tomar conhecimento da situação financeira da empresa, de intervir nas decisões relativas a salários, não poderão garantir, efetivamente, suas conquistas, ficando, após a greve, à mercê do despotismo do capital.

É nesta situação que a greve de Monlevade levanta a proposta da formação de uma comissão paritária que teria poder para "resolver problemas de disciplina, inclusive os que se relacionam com equiparação salarial, adaptação dos trabalhadores e apuração de frequência e, também, sobre questões de dispensa". Um aspecto importante é que a proposta atribui às decisões da comissão força de convenção coletiva, obrigando a empresa a regular suas normas de trabalho por estas decisões e não pelos seus estreitos interesses mercantis. Estabelecendo que a comissão decidirá sobre questões de disciplina, o regulamento poderá evitar que estas sejam utilizadas contra trabalhadores em greve e para combater sua resistência a aumentos do ritmo de trabalho, ordens arbitrárias, transferências injustificadas, etc.

### Comissão paritária contra ditadura na fábrica

Ao colocar para os trabalhadores a necessidade da participação nas decisões tomadas, que afetam o seu trabalho, a proposta de comissão paritária pode efetivar um enorme avanço, um verdadeiro salto de qualidade, para a prática do movimento operário. Por isso, a discussão mais detida da proposta, do regulamento interno da comissão, do seu relacionamento com a categoria, apresenta um interesse de monta para todos os que se preocupam com a superação dos atuais impasses do movimento operário no Brasil.

Segundo a proposta, a comissão seria formada por seis elementos, sendo que os representantes dos trabalhadores seriam eleitos por voto direto e secreto, funcionando segundo dinâmica própria, não sendo vítima das vicissitudes da estrutura corporativa do sindicato. A estabilidade dos trabalhadores eleitos garantiria para eles, formalmente, um poder de negociação junto aos patrões e garantias contra eventuais represálias.

A proposta prevê igualmente a existência de um desempassador, neutro, utilizado sempre que ocorrerem impasses nas decisões (o que já se pode prever, ocorrerá com frequência). O mandato deste desempassador estará em jogo sempre que demonstrasse sua parcialidade por alguma das representações da comissão, podendo ser destituído automaticamente, por deliberação dos trabalhadores ou empregadores presentes na comissão, isto é, pelo voto dos três representantes patronais ou dos trabalhadores.

### O controle pelas bases

Porém, o aspecto decisivo é saber se o funcionamento da comissão e a relação mantida pelos representantes dos trabalhadores com a categoria vão estimular ou inibir a auto-organização e mobilização da classe. Na Alemanha, onde o funcionamento da experiência da Co-gestão tendeu a isolar e a burocratizar o funcionamento da representação dos trabalhadores, o que se verificou foi que nas empresas dos setores co-administrados os aumentos salariais foram menores do que em outros setores, com o sindicato assumindo, inclusive, a tarefa de coibir greves (não autorizada pelo organismo de co-gestão), pois na medida em que a negociação de representantes isolados passa a substituir o poder real de pressão da classe trabalhadora através de greves e mobilizações, os patrões certamente vão ceder uma parte menor dos seus lucros e explorar mais ainda os trabalhadores.

Na medida, no entanto, em que a comissão funcione como uma forma de controle democrático, através de assembléias gerais da categoria, sendo garantido a esta o poder de veto sobre as decisões contrárias aos interesses dos trabalhadores, garantindo por outro lado a efetivação das decisões de interesse da classe e exercendo ao mesmo tempo o controle permanente sobre os representantes, inclusive com poder de destituí-los a qualquer momento, (ao contrário do que sugere a proposta da minuta aprovada nas negociações com a Belgo, no ano passado, que prevê mandatos fixos de três anos), estes problemas e distorções podem ser evitados.

# Metalúrgicos de SP, Osasco e Guarulhos Preparar a greve: uma corrida contra o tempo

Como se previa, a contraproposta patronal esquentou os ânimos dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. A revolta e indignação foram a tônica entre os trabalhadores, traduzida numa participação mais intensa nas reuniões e assembleias sindicais.

Ridícula, vergonhosa e cínica". Foi assim que o metalúrgico Cleodon Silva, membro da Oposição Sindical de São Paulo e um dos oradores designados pelo Comando Regional da Zona Sul, classificou a contraproposta patronal, apresentada pelo grupo 14 da FIESP, aos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, que estão reivindicando 83 por cento de reajuste, piso salarial de Cr\$ 7.200,00, reconhecimento para as comissões de fábrica e eleições de delegados sindicais.

A oferta dos patrões (56% para os trabalhadores que ganham até três salários mínimos, 51% entre três e sete salários, e 47% para os que ganham entre sete e 12 SM e o índice oficial para os demais) teve um mérito: pelo menos serviu para esquentar um pouco mais a campanha dos metalúrgicos que traduziram sua indignação num comparecimento maior às assembleias sindicais e às reuniões de comandos e de fábrica.

A assembleia de domingo, 14, no Cine Piratininga, onde Silva falava era uma prova disso. Os dois mil e quinhentos trabalhadores presentes significavam o dobro da média de comparecimento as três anteriores da mesma forma que em Osasco, na sexta-feira, os 500 metalúrgicos que compareceram ao sindicato, representavam um significativo avanço com relação aos 200 que haviam participado em cada uma das assembleias iniciais.

Evidentemente, as assembleias, as reuniões de comandos e o número e a quantidade de reuniões de fábricas estão longe de atenderem às necessidades da campanha salarial, que reúne perto de 500 mil metalúrgicos nas três cidades. Mas demonstram que se pode estar mais próximo do que esperava o momento em que ela, que vinha crescendo milímetro a milímetro (ver EM TEMPO nº 84) consiga dar um salto.

Mas como afirmou o presidente da Comissão de Negociações do Sindicato de São Paulo, o Pereirinha, o clima existente atualmente "já dá para deixar o Comando de Mobilização bem mais animado com o desdobramento da campanha". Esse clima, certamente, foi o que permitiu a ele levar aos patrões, na reunião realizada na sede da Federação das Indústrias (FIESP), na terça, 15, a resposta da assembleia à proposta ridícula: os trabalhadores sequer a consideram uma contraproposta, pouco menos que uma brincadeira de mau gosto. Portanto, não há o que discutir.

Na reunião da terça-feira, apesar das três horas e meia de duração não houve o menor avanço, exceto a promessa dos patrões de voltarem com algo mais concreto na assembleia da quinta, 18, talvez a oficialização do índice de 59% já sugeridos pelo presidente da FIESP, Teobaldo de Nigris.

Entretanto, se isso ocorrer, dificilmente os patrões conseguirão aplacar os ânimos dos trabalhadores, agora decididamente inclinados a encaminhar todo o trabalho de mobilização e organização para a preparação da greve, que passa a assumir um caráter mais concreto (em Osasco, por exemplo, foi aprovado que doravante, todos os boletins sairão com a palavra de ordem "83% ou greve", o que vinha sendo evitado até agora).

A explicação paciente aos trabalhadores da necessidade de fazer a greve, caso a postura dos patrões não se altere e, sobretudo, de prepará-la, reunindo desde o apoio dos diversos setores da população (a comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese se comprometeu a colocar advogados a disposição para a assistência jurídica dos trabalhadores), até o levantamento das condições de infraestrutura (fundo de greve, veículos, imprensa, etc), bem como a preparação do piquete, mapeamento das fábricas e terminais de ônibus passam a assumir a maior importância.

Caso seja deflagrada, a greve trará ainda importantes problemas para os trabalhadores. Em primeiro lugar, a repressão que certamente será desencadeada pelo governo, como foi lembrada na assembleia de SP, por um antigo dirigente metalúrgico, Joaquim Gonçalves, cassado em 1964, para quem "todo o peso da repressão policial se concentrará sobre São Paulo". O que implicará numa paciente preparação dos trabalhadores para entender e assumir todas as suas consequências.

Finalmente, a questão da direção do movimento. Se é certo que a direção sindical, no caso de São Paulo e Guarulhos (em Osasco a situação é um pouco distinta) já não tem o menor respaldo da categoria, particularmente depois da greve do ano passado, também se pode dizer que o Comando de Mobilização ou os comandos regionais ainda não



Pereirinha: mobilização dos trabalhadores anima, intransigência patronal leva à greve.



Metalúrgicos de S. Paulo abrindo a campanha

conseguem se apresentar como alternativas para o conjunto. Observação que é válida para a própria Oposição Sindical que, embora tenha conseguido se apresentar como a corrente mais destacada na condução da campanha até aqui, ainda tem um longo caminho a percorrer, nesse sentido, como reconhecem mesmo seus elementos mais destacados. Situação bem distinta, por exemplo, da vivida pelos metalúrgicos de São Bernardo, ou os bancários de Porto Alegre, que tinham à sua frente lideranças reconhecidas como o Lula ou Olívio Dutra.

Essa preocupação é mais do que presente, principalmente à luz do que ocorreu em 1978. "Tirar a greve não foi difícil, afirmam os operários mais combativos, o que não se conseguiu foi mantê-la principalmente depois que o Joaquim puxou o tapete"; o que provavelmente, será tentado, em algum momento, também este ano. Para o Comando Geral de Mobilização, e para a OS que é o setor mais combativo dentro dele, em São Paulo, superar esse obstáculo, solucionar essa "crise de direção", é, antes de tudo, uma questão de vida ou morte. É uma verdadeira corrida contra o tempo.

Sub-sedes e locais de reunião dos metalúrgicos de São Paulo:  
Zona Norte: Rua Duarte de Azevedo, 388 - Santana.  
Zona Sul: Cine Arco-Iris - Av. Interlagos, 1606

Zona Leste: Rua Cel. Luis Americano, 128 (próximo viaduto Azevedo)  
Zona Oeste: Rua Guaricanga, 124 - Lapa  
Sudeste: Rua Taboá, 386 (ao lado do "museu do Ipiranga")

## ATO CONTRA O ARROCHO

Colocar 150 mil pessoas na Praça da Sé, no ato de repúdio ao projeto de reajustes semestrais do governo, marcado para a sexta-feira, 19, parece extremamente difícil de ser conseguido. Sobretudo se se levar em consideração que menos de 1000 trabalhadores compareceram a um ato semelhante, realizado em São Bernardo convocado pelo Sindicato dos Metalúrgicos, na sexta anterior, 12.

Entretanto, um número menor, mas ainda significativo, pode ser alcançado, caso os trabalhadores e seus sindicatos assumam decididamente encaminhar de maneira massiva o protesto contra a nova lei do arrocho salarial. Mais do que isso, uma mobilização de grandes proporções é mais do que necessária, se se quer realmente barrar os planos governamentais e respaldar as centenas de sindicalistas e operários que deverão comparecer ao Congresso Nacional para pressionar os parlamentares para que rejeitem o projeto.

Todos à Praça da Sé, no dia 19, às 19 horas. E aproveitem para protestar, também contra a repressão, pelo fim das intervenções, pelo direito de greve e contra a estrutura sindical.

## Vida nas fábricas

# Metalgráfica: Salário pouco, exploração muita.

Domingo, 14 de outubro. Passam alguns minutos das cinco horas da manhã, São Paulo está em silêncio, mas nem todos dormem. Como aqueles 60 operários da Metalgráfica, empresa metalúrgica, localizada na rua João Antônio de Oliveira, no bairro da Moóca, convocados pela direção da fábrica para compensar, antecipadamente, a sexta-feira e sábado posteriores ao dia 15 de novembro (essa é a explicação oficial: segundo os trabalhadores, trata-se de uma precaução da empresa, que quer acumular estoques, prevendo a possibilidade de greve da categoria).

Mas a maioria dos trabalhadores (a maior parte mulheres) não chega a entrar: eles aderem ao piquete que vinha convidá-las para participar da assembleia que os metalúrgicos de São Paulo realizariam bem perto dali, no Cine Piratininga, com faixas que diziam "Vamos lá" e "Queremos 83%". Todos aderem menos uma mulher que entra assustada na fábrica, desculpada pelas colegas. "É muito antiga, e tem medo de perder o emprego" dizem. Também passa pelo piquete, Antônio Batista do Nascimento, o "baiano", o encarregado mais detestado pelas operárias. Baiano consulta alguém e logo anuncia que todos estão liberados. O grupo encaminha-se para o Cine Piratininga, onde às 9 horas começaria a assembleia.

Para a maioria deles, essa será a

primeira assembleia de que participam.

A Metalgráfica é uma empresa antiga, controlada desde 1924 pela família Vilela de Andrade. Também é conhecida como sendo uma das metalúrgicas que paga mais baixos salários (Cr\$ 12,80 a hora, ou Cr\$ 3.176,00 por mês) e onde as condições de trabalho (higiene e salubridade) são as piores possíveis. Ali trabalham 800 pessoas, em sua maioria mulheres empregadas nas seções de estampa, tipografia, tesoura e linha, ficando reservado para um número restrito de homens a seção de mecânica. O sistema de "prêmios" também é utilizado, mas quase nunca ultrapassa os Cr\$ 400,00 para os trabalhadores.

A repressão interna é constante: são frequentes as suspensões para quem se indispe com o encarregado, para os atrasos na hora de chegada, para quem fica mais de 15 minutos no banheiro, são cobradas multas de quem avaria alguma ferramenta. Da assistência médica nem é bom falar, o mesmo podendo-se dizer da alimentação.

M. é prensista, mas em sua carteira está anotado: "ajudante de servente". Ganha Cr\$ 3000,00 por mês. Solteira, paga Cr\$ 1.300,00 de pensão e gasta mais Cr\$ 1.000,00 de alimentação, fora a condução, quase nem dá para comprar roupa, sapatos, etc. "Não

como fruta, não bebo leite. Lazer? Que é isso, minha vida é comer, dormir e trabalhar".

J., operário de pouco mais de 20 anos, tem a mesma história. Ganha um pouco mais, Cr\$ 3.600,00 mensais, mas além da pensão, pela qual paga Cr\$ 2.000,00 todo o mês, tem que ajudar a mãe. Se falta um dia, perde o prêmio a que tem direito, tem que pedir dinheiro emprestado. "Casar? Nem sonhando".

A história deles é comum aos demais. Assim como as mãos machucadas, as queimaduras das operárias. Assistência médica é uma piada: a "enfermeira" acumula os primeiros socorros com a função de faxineira. Se o caso é mais grave há o convênio médico, mas este está sempre a serviço da empresa. Quase nunca dá atestado médico, para dispensa quase sempre mandam os trabalhadores voltar. Como ocorreu com um operário que sentiu-se mal no trabalho, estava respirando com dificuldade. Deram-lhe um comprimido, aconselhando-o a "retornar". As dores continuavam, ele foi ao INPS onde se constatou pneumonia aguda, teve que ficar internado por 9 dias.

O refeitório da empresa é uma lastima. Lá, os trabalhadores tem 25 minutos para engolir a comida que trazem em marmitas, de casa. Não há intervalo para o café e lanche, não há bebedouro para a água, nem co-

pos. A pressa da empresa, que impõe um ritmo infernal de trabalho, soma-se a economia de pessoal: um operário tem que trabalhar dobrado, operando uma máquina que normalmente exigiria dois trabalhadores. Para as mulheres, além dos serviços normais, há outra exigência: devem fazer a limpeza, varrer a fábrica, etc.

## A adesão ao piquete

Há muita fumaça na fábrica, devido aos vapores de soda e gás que provocam complicações pulmonares (há quatro trabalhadores afetados). A empresa não fornece máscaras, raramente luvas, nem sequer é servido o leite exigido por lei para atenuar a toxidez dos gases.

Lei, como se vê, é coisa pra ser descumprida na Metalgráfica. Como a que obriga ao pagamento em dobro das horas trabalhadas aos domingos. Ou como a concessão de descanso semanal, ao obrigar a muitos operários trabalhar até três semanas corridas, sem intervalo.

Por isso, é fácil encontrar a explicação para a maciça adesão ao piquete de domingo. Os trabalhadores viram que muitos outros que sofrem dos mesmos problemas estão despertando e dispostos a lutar. E que para todos, é a mesma luta, o mesmo combate.

(Antonina Silveira)



## Vidreiros

### Campanha Salarial

Os vidreiros de São Paulo, recém estão começando sua campanha salarial, somando-se aos metalúrgicos, químicos, padeiros, têxteis e outras categorias que têm suas datas-base no último trimestre deste ano. Mesmo assim, é mais do que cristalina a disposição dos da areia e sílica para arrancar dos patrões "algum" que melhore suas condições de vida. Em princípio, eles tencionam exigir dos patrões 83 por cento de aumento salarial, mais um piso de Cr\$ 7.200,00, além de um percentual de insalubridade sobre o salário registrado em carteira (como se vê, a unidade sindical se faz mesmo pela base: as reivindicações são as mesmas dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos). Os 30 trabalhadores presentes a assembleia, no domingo, 14, que tiraram sua comissão salarial, foram convocados para participar do ato público na Praça da Sé, protestando contra a política salarial do governo. Por outro lado, deu um "ibope" tremendo a criação do PT, aplaudido efusivamente pela assembleia, que volta a se reunir no próximo dia 24.

## Padeiros SP

### A massa agita-se

"De um lado nós os baianos, de outro os portugueses", foi como definiu um trabalhador presente às assembleias que reuniu 300 Confeiteiros e Padeiros de São Paulo, na segunda, 15, a batalha que estão iniciando pelo reajuste salarial, referindo-se com isso, à origem de trabalhadores e proprietários das padarias de São Paulo, respectivamente. E eles querem arrancar do seu Manoel e do seu Joaquim da padaria da esquina, um aumento de 80% (na verdade é o índice de 50% da chamada Unidade Sindical, com um mínimo de Cr\$ 3 mil, simplificados), um piso de Cr\$ 6.104,00, entre outras reivindicações. Outra exigência importante é que os patrões cumpram, pelo menos, a legislação trabalhista, registrando, por exemplo, os salários reais dos trabalhadores em carteira (a prática é de registrar um mínimo e pagar o resto "por fora"). Segundo os padeiros, o arrocho salarial tem sido aplicado violentamente contra a categoria: enquanto o preço do pão cresceu 48 vezes, desde 1964, os salários nominais subiram apenas 30 vezes". O sindicato pretende desenvolver um amplo trabalho de mobilização e

esclarecimento junto à categoria, que reúne 35 mil trabalhadores: para isso, entre outras coisas, voltou a editar o jornal "A Massa", que estava fora de circulação desde 1964.

## Metalúrgicas SP

### Joaquim interfere

"O que antes era um FALA COMPANHEIRA, hoje mais parece um CALA COMPANHEIRA", afirmou ao PIQUETÃO uma trabalhadora que participou do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, preocupada com o rumo que as coisas estão tomando. Pois o Joaquim, o "paizinho" presente em tudo e mandando em tudo, está burocratizando por todos os meios a formação do Departamento Feminino, tendo escolhido cinco diretores e um assessor com comissão coordenadora do departamento que controla toda e qualquer iniciativa das mulheres.

## Professores RS

### Reajuste difícil

Os professores da rede de ensino privado do Rio Grande do Sul estão arriscados a não levar o reajuste conquistado no mês de setembro (20 por cento para o 1º e 2º grau e 15% para o 3º grau); várias escolas estão querendo dar uma de "João sem braço", negando-se a cumprir o acordo, já homologado, alegando falta de condições financeiras. É o caso, por exemplo, da Universidade Católica de Pelotas, uma dos "10 maiores devedores" da Previdência Social, no Rio Grande do Sul, que enviou circular afirmando ser impossível "absorver o pleiteado" pelos mestres, deixando ao encargo deles "o julgamento da situação, bem como os reflexos que advirão caso haja o reajuste salarial". O Sindicato dos Professores, por isso mesmo, está aconselhando aos seus representantes a ficar de "olho" nos holerites de outubro. Qualquer descumprimento, é só comunicar que o SINPRO e a Comissão Especial de Mobilização botam a boca no trombone.

## Metalúrgicos BA

### Fraude nas eleições

"Não é comum apurações como esta", afirmou a Procuradoria da Justiça do Trabalho, Tânia Tanajura Chaves, ao comentar o amontoado de irregula-

ridades existentes nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia e que reconduziu o cabeça da chapa única, Manoel dos Santos, à presidência da entidade. Como se sabe, o Mané-pelego começou convocando, na maior moita, as eleições, publicando o edital no Diário Oficial e num jornal de Feira de Santana, o que levou a Oposição Sindical a promover uma campanha de boicote às eleições fajutas. Como o Piquetão já mostrou (ET nº 86), no primeiro dia, bem menos do que a metade do quorum mínimo havia votado milagrosamente, no outro dia o atraso foi recuperado, com os pelegos "consequindo" atender às exigências legais.

Mas para conseguir isso, o Mané e seus comparsas fizeram das tripas o coração: violando praticamente todas as urnas, segundo o Jornal da Bahia. Votos a mais do que os das listas, as urnas, lacres violados, urnas sem numeração, votos marcados a caneta e a lápis, enfim, o diabo. Agora, é ver no que vai dar o recurso que a Oposição Sindical impetrou na Delegacia Regional do Trabalho, preparado pelo advogado Jackson Chaves de Azevedo, pedindo a anulação da eleição.

## Cosipa

### Piquete no Futebol

A moçada da COSIPA, em Cubatão, SP, promete e cumpre: estão boicotando o torneio de futebol anualmente promovido pela empresa, como protesto pela não concessão dos 30% de antecipação pleiteado pelo sindicato (a Cosipa quer dar apenas 23%). Por isso, eles estão organizando Piquetes todos os fins de semana nos portões do estádio da Portuguesa Santista e que vêm obtendo bons resultados: praticamente nenhum operário tem aparecido para torcer por uma das equipes.

## Desenhistas SP

### Querem negociação

Os 40 mil desenhistas do Estado de São Paulo querem acabar com a história de receber aumento apenas de acordo com o índice oficial. Por isso, o sindicato resolveu assumir a luta pela negociação direta, a exemplo do que vem sendo feito por outras categorias. Na quinta, 18, será realizada a primeira assembleia da categoria, cuja data base de dissídio está marcada para o dia 12 de dezembro, na sede do sindicato, rua da Glória, 246, 4º andar.

## Mutirão

### A luta pela água

Os moradores da Vila Cruzeiro, na Penha, Rio de Janeiro, cansados de esperar pelo governo, resolveram eles mesmos construir a caixa d'água para abastecimento das milhares de famílias que vivem no bairro. Para isso, além de pressionar a CEDAE, organismo encarregado de abastecimento d'água na capital, eles adquiriram Cr\$ 300 mil em material de construção e parturam para a edificação da caixa, feita sob a forma de mutirão, aos domingos, encabeçados pela Associação Comunitária de Vila Cruzeiro.

## Eletricitários PE

### Campanha Salarial

Os funcionários da Companhia Hidroelétrica de São Francisco estão reivindicando aumentos que variam de 93,5 a 79,5% de reajuste e piso salarial de Cr\$ 6.107,00, já apresentados no domingo, 14, ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, juntamente com um abaixo assinado com duas mil assinaturas. Mas os eletricitários pernambucanos não estão dispostos a ficar apenas em abaixo-assinados: na semana anterior, eles paralisaram suas atividades durante uma hora, em dois dias consecutivos, além disso, realizaram uma

concorrida assembleia geral, quando rejeitaram a proposta da CHESF, que era de reajustes de 8% a 15% acima do índice oficial.

## Ceramistas

### Greve em P. Ferreira

A greve dos ceramistas de Itu, no ano passado, fez escola: desta vez são os 1000 trabalhadores da Indústria Cerâmica Porto Ferreira, no município do mesmo nome, que resolveram cruzar os braços, depois que a direção da empresa recusou o reajuste de 60% que pretendiam.

## SHOW Pelego não entra MESMO

Em apoio à campanha salarial dos metalúrgicos-79

### Oposição Sindical S.P.

Moraes Moreira  
Jards Macale  
Renato Teixeira  
Papete  
Décio Marques  
Dorothy Marques  
Dominguinhos

Teatro Procópio Ferreira - 22 de Outubro 21 hs.  
R. Augusta, nº 2823

Tudo apoio à união e organização pela base

## ZE PARAFUSO E SEU CHEFE DE FENDA LOR



## As greves da semana

SETOR	LOCAL	N.º DE GREVISTAS	REIVINDICAÇÕES PRINCIPAIS	DURAÇÃO	RESULTADOS
Metalúrgicos	Fortaleza-CE	20 Mil operários	80% de reajuste salarial	De 1/10 a 12/10	67% de reajuste salarial
Metalúrgicos	João Monlevade Sabará — MG	4.300 operários 1.800 operários	Aumento fixo de 4.000,00, além do índice oficial e piso salarial de 8.144,00, regulamentação da comissão paritária e participação nos lucros da empresa	De 12/10 a... De 14/10 a...	—
Motoristas e Cobradores	Petrópolis (RJ)		83% de reajuste sobre o salário de julho	De 10/10 a 12/10	Reivindicações integralmente atendidas
Ceramistas	Porto Ferreira (SP)	1.000 operários	60% de reajuste salarial	De 15/10 a...	
Operários na Indústria de Produtos Plásticos	São Paulo - SP	180 operários	Pagamento de salário atrasado em 1 mês	De 11/10 a 16/10	Pagamento de 30% do salário atrasado agora e os 70% restantes na próxima semana

## A Simoníada

## O canto do cisne na convenção do MDB gaúcho

Por Raul Pont

A "Simoníada" talvez fosse um título mais adequado para definir a peça teatral que o MDB gaúcho promoveu no domingo, dia 14, com o nome de Convenção Regional.

Os 456 convençionais que compareceram na Assembléia Legislativa — de um total de mais de 800 delegados previstos — já encontraram tudo pronto. Uma chapa única feita nos gabinetes do Palácio Farroupilha, nenhuma discussão de programa ou de compromissos dos delegados à Convenção Nacional. Tudo ocorrendo a revelia das bases, "na seção mais organizada do MDB".

A transformação do ato num elogio ao senador Pedro Simon tinha duas razões. A primeira delas, totalmente justificada, constituía-se em um desgosto às infundadas acusações que a revista VEJA fizera a familiares do senador, em setembro, com o claro intuito de prejudicá-lo politicamente.

A segunda razão, essa totalmente equivocada do ponto de vista político, foi patrocinada pelos deputados e grupos que tentam manter o MDB a qualquer custo. A miopia desses setores não consegue ver o MDB além das fronteiras gaúchas, nem entender que a possibilidade de sobrevivência do MDB reside não em sua sigla mas na capacidade do partido em responder às questões que a conjuntura está exigindo. E, a estas o MDB não responde nem o assunto foi ventilado na Convenção.

Essa "política de avestruz" frente à realidade fez com que esses setores — deputados autênticos, oposição popular e frente popular — se contentassem com as críticas veladas ao PTB em reuniões fechadas e com a promessa que o senador fez, ao encerrar a Convenção, de manter o MDB custe o que custar. E, sua longa arenga de 55 minutos não foi além disso. Após repetir várias vezes que o MDB "não aceitará sua extinção por decreto", o senador convocou todos os convençionais "para a luta, pois a caminhada é uma só. Não importa como, nem com quem, mas vamos chegar lá". Só faltou dizer qual a luta e onde o partido quer chegar.

Há duas semanas, o reeleito presidente regional do MDB declarou à imprensa que admitia uma "Constituinte com Figueiredo" e, esse assunto, por exemplo, nem foi tocado na Convenção. Como ne-

nhum outro que não se limitasse à crítica ao PTB e à manutenção do MDB. Para esses senhores a reforma partidária imposta, a reorganização partidária, os reajustes semestrais devem ser temas de um outro país. Nos pampas, ao contrário, vive-se "o melhor dos mundos"...

## «Unidade com o povo na cabeça»

A composição do novo Diretório Regional e principalmente, da nova executiva, que de fato controla a máquina partidária, contrasta, ironicamente, com a faixa levada à convenção pelos defensores do MDB "popular": "UNIDADE COM O POVO NA CABEÇA".

Na cabeça continuam, Pedro Simon, Carlos Giacomazzi — presidente da Assembléia Legislativa — e na Secretaria Geral, o deputado Rospide Netto. O anterior, dep. estadual Romildo Bolzan, passou para o PTB. Enfim, parece que dessa vez ainda o povo não foi para a cabeça.

Destoando com esse clima de otimismo e euforia, a Tendência Socialista divulgou manifesto aos convençionais, denunciando o ato como "uma democracia às avessas", "uma anti-convenção", não só por ocorrer sem a participação real das bases como sem nenhum debate e compromisso dos eleitos com as questões mais importantes que atingem as classes populares.

Como alternativa a essa situação, a Tendência Socialista reuniu um número expressivo de vereadores do interior e cerca de 50 delegados — convençionais — que aprovaram propostas que comprometem os delegados à Convenção Nacional a votarem "contra a reforma partidária governamental", "pela livre e plena liberdade de expressão e organização para qualquer partido", e pela "manutenção da luta por uma Assembléia Constituinte precedida do fim do regime e sem qualquer tutoria do atual poder", numa evidente confrontação às recentes teses do senador Simon de uma "Constituinte com Figueiredo". Obviamente, as propostas não foram submetidas ao plenário após a leitura, pela direção dos trabalhos e apenas, encaminhadas para o novo Diretório Regional.

## Unidade contra a ditadura, ao lado dos trabalhadores e contra os patrões

Trechos de um documento, da Tendência Socialista do MDB gaúcho, preparatório à Convenção Estadual.

O fantasma da dissolução ronda o MDB. Nos últimos dias, o retorno de exilados e o posicionamento do regime militar sobre a reorganização partidária aceleraram repentinas mudanças nas hostes emedebistas.

Uma sacudida na poeira de velhos retratos, um pouco de verniz em embolorados chavões populistas foi o suficiente — apesar da evidente pouca audiência alcançada — para se constituir em verdadeiro canto de sereia para muitos. Frente a essa situação, a TENDÊNCIA SOCIALISTA do MDB/RS, vem a público manifestar sua opinião e reafirmar as propostas que a demarcaram desde sua fundação.

REAFIRMAMOS nossas posições de ação unitária com todos os setores oposicionistas que se disponham a lutar pela derrubada da ditadura militar, pela total e plena anistia política, pela total liberdade de expressão e organização partidária, pela total autonomia e liberdade de organização sindical e pela convocação de uma Assembléia Constituinte.

REAFIRMAMOS nossa disposição de luta unitária contra toda manobra do regime militar que tente impedir ou evitar a consecução plena dos pontos programáticos do item anterior.

REAFIRMAMOS nossa crítica ao trabalhismo como uma ideologia burguesa, economicista, que em nome da "justiça social", há mais de um século na Europa e na América, seja a social-democracia ou o getulismo-peronismo, ilude os trabalhadores mascarando as verdadeiras causas da exploração capitalista. Para nós o trabalhismo não é uma pré-ideologia, que cumpriria o estágio do despertar irresistível do movimento de massas, mas o atrelamento das classes populares ao caudilhismo populista de ideólogos pré-políticos e pequenos burgueses.

REAFIRMAMOS nossa crítica aos que pretendem transformar o MDB numa Frente Po-

pular, forma mais sofisticada do velho populismo que sempre pregou a aliança de classes, a conciliação entre patrões e empregados, a submissão dos interesses dos trabalhadores e das classes populares aos objetivos da burguesia.

REAFIRMAMOS, coerentes com nosso programa de fundação e com a prática desenvolvida no cotidiano da luta oposicionista, nosso compromisso com a organização política autônoma e independente dos trabalhadores. Para nós a emancipação dos trabalhadores da exploração capitalista será obra dos próprios trabalhadores, organizados conscientemente em seu partido de classe. Quando organizamos a TS o fizemos com esse objetivo. Sem substituir jamais os próprios trabalhadores nesse processo, defendíamos e defendemos seu direito de organização independente, seus interesses históricos, sua única possibilidade de uma real emancipação social, isto é, o SOCIALISMO. Um partido dos trabalhadores, um partido que esteja ao lado do Trabalho, será necessariamente um partido socialista. Neste sentido, um partido de trabalhadores não é excluyente a outros setores explorados ou oprimidos pelo Capital. A identificação dos assalariados e pequenos produtores com o PT supera a crítica primária da exclusão da sigla mas se dá em torno de seu programa e de suas aspirações pela supressão da sociedade de classes.

REAFIRMAMOS a todos os companheiros oposicionistas do MDB e de fora dele, que não se impressionam com a ilusão das heranças políticas falidas historicamente e que não enxergam o país pela ótica míope dos currais eleitorais regionais, que se unam e integrem a corrente oposicionista que hoje luta pela organização autônoma e independente dos trabalhadores, a organização do Partido dos Trabalhadores.

A constituição do PT a partir de um expressivo conjunto de dirigentes sindicais levou muita gente a dizer que eles deviam é formar uma central sindical e não um partido. Que um partido não se confunde com o movimento operário, que ele iria dividir o meio sindical e, ao mesmo tempo, ser incapaz de assumir a luta política.

Essas questões devem ser levadas em conta, mas a verdade é que os que as formulam, em geral, partem de uma visão unilateral da formação de um partido.

## Marx e Engels

Há uma passagem no "Manifesto" em que Marx e Engels dizem que os comunistas só se distinguem dos demais grupos operários por defenderem em toda parte os interesses do conjunto dos trabalhadores e em cada país os interesses internacionais do proletariado. Toneladas de tinta já foram gastas para desvendar essa contradição: os comunistas não devem ser um "partido à parte" mas, no final, acabam por sê-lo, precisamente para defender os objetivos globais da classe, que vão além das manifestações locais, parciais, corporativas.

Já houve quem "resolvesse" a contradição eliminando um dos termos. Ou deixando cair os "interesses globais" e identificando-se diretamente com os movimentos tal como se dão em um ou outro lugar. O problema então é saber com qual se identificar, já que, pela própria natureza da exploração capitalista, esses movimentos não são homogêneos. É o sistema pode prosseguir enquanto cada setor continuar isolado. Assim, o culto às bases, que rechaça qualquer centralização, termina por preservar um particularismo incapaz de defender consequentemente os próprios interesses das bases.

Ou existe, também — os que deixam cair as manifestações imediatas das massas e se constituem segundo rígidos princípios, independentemente do que pensem os trabalhadores num momento dado. Mas então, quem garante que esses princípios sejam realmente a expressão dos "interesses globais" pretendidos? Só mesmo uma visão religiosa e dogmática do marxismo, que o toma por um conjunto de verdades eternas. Bastaria segui-las, tendo à mão as citações adequadas.

Mas uma compreensão dialética do problema nos levaria a pensar aquela contradição (entre ser e não ser um "partido à parte") como expressão da própria realidade. Ou seja, os comunistas, na visão dos fundadores do socialismo científico, não se constituem à parte do movimento operário de um país, mas são simplesmente aquela parcela dele que tem uma visão de conjunto e, em consequência, que é capaz de formular linhas de ação mais consequentes. Ou seja, então, o programa, a tática, a proposta organizativa não são elementos que

## O PT face à tradição comunista

Frente ao estereótipo do partido revolucionário, sobretudo naquelas versões divulgadas e praticadas pelos PCs, o PT se apresenta com virtudes originais e, paradoxalmente, muito mais próximo da boa ortodoxia dos clássicos do marxismo.

Por Eder Sader



estejam dados de uma vez para sempre em livros sagrados decifrados pelos teóricos dessa doutrina. Eles são frutos de uma constante reelaboração da experiência coletiva dos trabalhadores.

## O Partido Comunista

O que aconteceu com os PCs, principalmente a partir do stalinismo, foi que se constituíram num "partido à parte" que não mais elaborava suas linhas a partir da experiência do conjunto do movimento operário. A partir do êxito da revolução russa houve uma tendência geral a copiarem o modelo soviético e se orientarem segundo fórmulas rígidas pré-estabelecidas. É verdade que a burguesia entrou na paranóia (ou a insuflou) de ver em tudo "a mão e o ouro de Moscou" (mas que cara de pau da parte de quem se submete Nova York, Frankfurt ou o Vaticano). Mas a separação entre a prática das massas e a doutrina dos comunistas, cada vez maior, facilitou essa tarefa da reação de apresentar o comunismo como um fenômeno estranho.

Até que, quando o PC quis voltar a se ligar às massas, elaborou linhas que coincidiavam com a dos líderes burgueses e abandonaram veleidades revolucionárias. Foi assim em 1945 com Getúlio e foi assim de novo a, partir de 54. Mas então reproduziram a separação entre a doutrina comunista e a experiência das massas. Só que de outro modo. Havia uma doutrina que permanecia intocada falando de um socialismo futuro, radioso como um conto de fadas, embelezando o "socialismo real"

existente em vários países. E havia, de outro lado, para uso diário, uma linha política que não tinha (e não tem) nada a ver com tudo isso. Nessa prática diária os comunistas se confundem com qualquer populista. Mas ao mesmo tempo, como se mantêm fiéis à doutrina comunista, continuam pichados pela ideologia dominante. Isso é ótimo para a burguesia. Para saírem do ghetto, os líderes do PC procuram ser os mais sensatos e bonzinhos. A burguesia fatura com isso, mas nem por isso os tira do isolamento.

O PC, que surgiu no Brasil a partir de lideranças operárias e que soube incorporar em cada asção de lutas, a maioria dos mais combativos (sobretudo entre os anos 50 e o golpe de 64), não desenvolveu o espírito revolucionário das massas. O ideal socialista só se manteve no seu interior, alimentando o heroísmo de militantes regularmente perseguidos pela repressão. Mas esse ideal, só reproduzido internamente, tende necessariamente a se esterilizar porque não é renovado pela própria experiência das massas.

É o socialismo é qualquer coisa que tem que ser continuamente reinventado pelas massas.

## O partido dos trabalhadores

Com o PT aconteceu quase o oposto da experiência do PC. Ele surgiu sem teoria, fruto da experiência direta de dirigentes operários no fogo da luta sindical. Ele surgiu mesmo estabelecendo condições entre a luta sindical e a luta política. Nas suas manifestações até hoje se nota a precariedade

das definições. O que ele pretende mesmo? Como relacionada a ação política com a sindical? Como se insere no quadro institucional? Quem são seus militantes? Qual o seu programa e suas definições táticas? Tudo isso vai sendo toscamente definido. Mas quem olhar com superioridade intelectual para essas imaturidades do PT não estará entendendo que por esse caminho seus membros estão forçando um movimento dos mais poderosos, porque suas definições não são um punhado de definições bem elaboradas por teóricos competentes nos seus gabinetes. Suas definições vão acompanhando o amadurecimento do próprio movimento. São expressão da extraordinária vontade dos trabalhadores deste país de se apropriarem diretamente da política, para decidirem sobre as coisas que lhes dizem respeito. Essa confusão, no meio da qual o PT vai se definindo, é um sopro de vida num livro embolorado. Só ele pode dar sentido a antigas fórmulas.

Certamente agora o PT terá que estabelecer suas orientações, diferenciando orientações programáticas, estratégicas e táticas, recolhendo experiências do movimento operário, definindo as linhas da organização dos militantes, a atuação sindical e local, etc. É o que começa a fazer. Mas a diferença entre estratégica e tática não será a diferença entre etapas (hoje a democracia, amanhã o socialismo): as tendências anti-capitalistas manifestadas no anseio de se opor à exploração, estão presentes nas próprias orientações táticas. A diferença entre a organização dos militantes e as massas não será de uma organização rigidamente fechada e uma massa de apoio. O PT terá que ser continuamente refeito pelas próprias massas.

O PT, que surgiu de lideranças sindicais dos centros industriais mais avançados, está incorporando vários outros setores, de trabalhadores do campo, de moradores das periferias urbanas, de professores, etc. O PT, que surge como expressão bruta da retomada das lutas dos trabalhadores, pode (e deve) reinventar o socialismo entre nós, naturalizá-lo brasileiro. Para fazê-lo deve manter essa ligação essencial com as massas, jamais erguendo barreiras doutrinárias que elas não entendam. E deve ajudá-las a elaborar seus instrumentos de luta contra a exploração. É isso o socialismo.

# PT parte pras massas

Carlos Tibúrcio

Com crachás no peito, destacando em vermelho a sigla «PT», mais de 130 articuladores e convidados reuniram-se no salão de festas do Restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo, durante o último sábado, dia 13, para «estabelecer uma linguagem comum e lançar de uma vez o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores às ruas», segundo palavras de Lula, logo após o início dos trabalhos.

Desde o surgimento da idéia do PT, há cerca de um ano, passando pela divulgação de uma «Carta de Princípios» no 1º de maio (ver págs. 8 e 9), esta foi a mais significativa reunião realizada pelos articuladores do movimento.



Lula e a mesa diretora da reunião: Ibrahim, Henos e Jacó

A importância desse encontro esteve, antes de tudo, neste aspecto: na criação de condições para que, doravante, a organização do Movimento pelo PT se dê de fato de baixo para cima, em torno de critérios que permitam a aferição da representatividade de cada um, possibilitando a existência de uma verdadeira democracia interna na articulação (ver a resolução organizatória na pág. 10)

Tratando-se de um primeiro encontro nacional, com a participação de articuladores de mais de seis Estados e de vários convidados, não causou a mínima estranheza que os debates tenham se desenvolvido de modo rigoroso, delineando, em muitos casos, posições divergentes. Não era para menos, se o próprio objetivo da reunião foi o de superar as variadas concepções de PT, que vinham se difundindo um tanto dispersamente, a fim de que se alcanse um patamar comum, a partir do qual o movimento fosse lançado nacionalmente de modo organizado e democrático. Coerente com esse objetivo, o transcorrer dos debates, marcando divergências e até alguns momentos de tensão, enfrentou os pontos decisivos da reunião num clima de friabilidade e de amadurecimento das posições em choque, alcançando uma unidade sólida, que surge como mais um trunfo para o lançamento em massa do Movimento pelo PT.

A reunião dividiu-se basicamente em dois pontos: discussão e aprovação de uma «Declaração Política» (ver pág. 10), mais voltada para dar respostas conjunturais, e o enfrentamento da questão organizatória, importantíssima, segundo todos os

participantes, para que o movimento dê um salto de qualidade, «saindo da casca do ovo».

O plenário agitou-se, votou de pé, aclamando e gritando, pelo menos em torno de duas questões, contidas na «Declaração Política». Uma, foi a questão do termo «socialismo»; outra, a do «governo dos trabalhadores». Em ambos os casos, o que se discutia era a pertinência política de que tais termos estivessem explícitos na «Declaração». Afinal, nenhum dos participantes levantou-se declaradamente contra o socialismo ou contra a luta por um governo dos trabalhadores como perspectiva mais geral. Questões, por sinal, já incluídas na «Carta de Princípios», divulgada no 1º de maio deste ano, que continua como uma referência para os militantes do movimento.

Quanto ao socialismo, optou-se por não fazer constar sua denominação explícita, preferindo-se demarcar o seu conteúdo: «O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão» (ver a íntegra da «Declaração Política»). Tal definição, inclusive, já impõe, também, o objetivo de luta por um governo dos trabalhadores. No entanto, sobre essa questão, as tensões elevaram-se devido a um procedimento incorreto, em termos de método, praticado pela mesa que dirigia os trabalhos: já votada, por unanimidade, a «Declaração Política», estando a reunião concentrada em debater as questões organizatórias, alguém sugeriu à mesa que recolocasse um problema que aparentemente não passava de um detalhe — fazer constar, no final da

«Declaração», como última das palavras de ordem. «Por um governo dos Trabalhadores». Como se fora uma questão de praxe, a mesa encaminhou a sugestão e o plenário, sem debater, a aprovou por maioria. Criou-se, assim, um fato consumado. A minoria, descontente com o método utilizado e insatisfeita com a aprovação da palavra de ordem sem que se passasse por discussões que avaliassem melhor a pertinência política de sua colocação no texto, reagiu, criticando a medida e pedindo a reabertura, mais uma vez, da questão. A reunião foi suspensa, à espera do texto final do documento sobre questões organizatórias. Retomados os trabalhos, houve uma atitude por parte dos componentes da mesa e dos que defenderam a aprovação da palavra de ordem que, no mínimo, não é das mais comuns em reuniões políticas. A mesa autocriticou-se imediatamente do encaminhamento equivocado — falaram Henos Amorina (que dirigia a reunião) José Ibrahim e Lula — e foram feitos apelos para que o plenário, por unanimidade, revisse a aprovação da palavra de ordem, considerada, afinal, desnecessária, num texto cujos propósitos são basicamente conjunturais. Paulo Skromov, um dos que, antes, fora favorável à introdução da palavra de ordem, também falou em defesa de sua retirada. Esse episódio, como não poderia deixar de ser, independentemente das questões políticas em jogo, se destaca como exemplo do grau de maturidade que marcou o encontro.

Uma observação mais atenta das intervenções políticas feitas durante a reunião permite que se

localize algumas tendências, certamente ainda difusas, no interior do Movimento pelo PT. Seja na discussão da pertinência dos termos «socialismo» ou «por um governo dos trabalhadores» no texto da «Declaração», seja no debate da organicidade dos núcleos (se deveriam ter um número mínimo de componentes e ser formados a partir dos locais de trabalho, moradia ou categoria profissional — o que acabou sendo aprovado), as argumentações apresentadas dão lugar a que se verifique a existência de duas correntes mais gerais.

A que se revelou, na reunião, sempre majoritária, enfatiza muito o caráter classista do PT, associando indissolúvelmente a luta principal contra a ditadura à luta contra a exploração capitalista; ou seja, a luta por liberdades democráticas não se separa, nas «clássicas duas etapas», da luta pelo socialismo. Com variadas nuances, a corrente que se expressou minoritariamente quase absolutiza a luta contra a ditadura, chamando a atenção aparentemente com exclusividade para a obtenção de plenas liberdades democráticas, e, de certo modo, calando quanto à luta contra a exploração e pelo socialismo. O que ficou patente, por exemplo quando tentou anular a «Carta de Princípios de 1º/5/79» como um dos documentos básicos do PT.

De todo modo, trata-se de esboços de tendências, sem dúvida abertas ao debate profundo e fraternal dentro do processo de criação do Movimento pelo PT, principalmente hoje por meio da formação de milhares de núcleos por este Brasil a fora.

## Todo mundo está no PT

### A composição do plenário da reunião de São Bernardo

A grande adesão ao PTB revelada explicitamente na reunião foi a de Manoel da Conceição: «de agora em diante procurarei os trabalhadores rurais e camponeses de vários pontos do país, para dizer-lhes que seu partido é o PT» disse o líder camponês, recém chegado do exílio, logo na primeira intervenção no plenário da reunião, arrancando um dos mais intensos aplausos ao longo dos debates.

Outra boa surpresa foi Jair Ferreira Sá, o líder histórico da organização Ação Popular, logo em sua primeira intervenção, declarando-se: «a partir de hoje, um militante do PT».

Menos bombásticas que estas, no entanto, várias outras presenças e intervenções no plenário, destacavam a representatividade popular da reunião e, por decorrência, do Movimento pelo PT. Intelectuais como Francisco de Oliveira, Fábio Munhoz, Francisco Welfort, Vinícius Caldeira Brant, José Alvaro Moisés etc, além do decano dos militantes do PT, Mário Pedrosa.

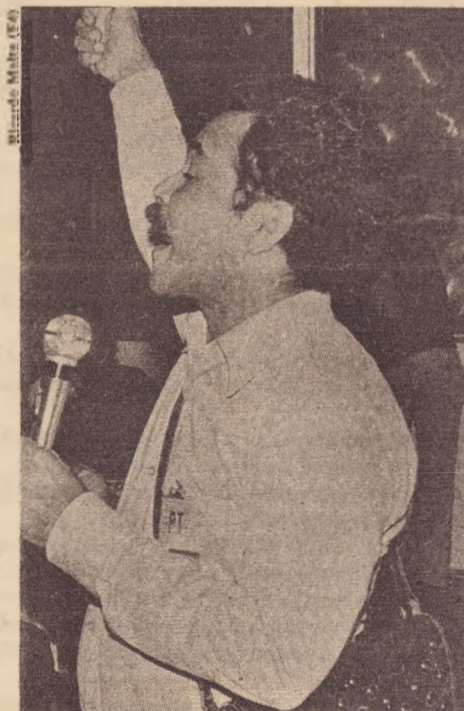
Parlamentares presentes, além de Edson Kahir, somente Marco Aurélio Ribeiro e

Geraldo Siqueira, Filho, estaduais do MDB paulista, e José Eudes, do MDB carioca. Ou seja, pouquíssimos, frente à expectativa de alguns quanto à adesão em primeira hora de cerca de 15 deputados.

Além dos sindicalistas componentes da Comissão Nacional Provisória eleita no encontro, também estavam na reunião, José Cicote, dos metalúrgicos de Santo André; Antonio Augusto, dos bancários de São Paulo e representantes do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo etc.

A presença das oposições sindicais foi notável. Minas, Osasco, Campinas, Rio de Janeiro, dentre outras, marcaram de modo claro que o PT não é calcado em sindicatos.

De resto várias outras lideranças populares deram também sua marca ao PT: Movimento Contra a Carestia do Ceará, associações de professores, sociólogos etc, chapa Novação - terceira colocada nas eleições para a UNE —, vários jornais alternativos, enfim, toda uma vasta representação do que há hoje de mais avançado na oposição popular, está no PT. Ou quando não, está em vias de entrar agora nestes próximos dias.



Manoel da Conceição: o PT vai ao campo

## Próximas datas

**Minas:** Realizada no último domingo dia 14, uma reunião com 200 representantes de núcleos da capital e do interior. Após um balanço da articulação no Estado e das resoluções da reunião no dia anterior em São Bernardo, tirou-se uma Comissão de Nucleação provisória, composta de 7 membros que preparará uma plenária estadual para o dia 28 próximo com vistas, entre outras coisas, a eleger os dois representantes de Minas para a Comissão Nacional.

**Rio de Janeiro:** Já está em circulação um documento elaborado pela Comissão Provisória que organizou os atos do último dia 30 dando um balanço na articulação no Estado. Até o dia 20 outros documentos devem surgir, quando então, em conjunto, eles servirão de ponto de referência para a plenária estadual dia 28 próximo na qual também se elegerão os representantes cariocas para a CN.

**Rio Grande do Sul:** No próximo dia 21, realiza-se uma plenária estadual para reestruturação da nucleação gaúcha.

**Outros Estados: LEMBRETE!** Ficou estipulado um prazo máximo de 15 dias, a partir de 15/10 para que as plenárias estaduais elejam seus representantes para a Comissão Nacional Provisória.

## A Comissão Nacional Provisória

Eis os integrantes da atual Comissão Nacional Provisória que, ampliada dentro de 15 dias por mais dois representantes de cada Estado onde já haja núcleos do PT, funcionará como direção do Movimento até a próxima reunião nacional a ser convocada dentro de um prazo máximo de 120 dias:

— **Jacó Bittar:** Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas (Coordenador da Comissão)

— **Arnóbio Silva:** Presidente do Sindicato dos Bananeiros da região do Vale da Ribeira/SP.

— **Edson Kahir:** Deputado federal pelo MDB carioca

— **Henos Amorina:** Presidente do Sindicato

dos Metalúrgicos de Osasco

— **José Ibrahim:** Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco

— **Luiz Inácio da Silva (Lula):** Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo

— **Manoel da Conceição:** Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim (Maranhão)

— **Olívio Dutra:** Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre

— **Paulo Skromov:** Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Couro e Plástico de São Paulo

— **Wagner Benevides:** Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais



Olívio Dutra, Wagner Benevides, Edson Kahir, Paulo Skromov e Arnóbio Silva



## Apresentação

**A** idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora. Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe aos seus esforços.

Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso País deram início em 12 de maio do ano passado (greve da Scania) a sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vem desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento em quantidade e qualidade de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada em toda a linha das formas clássicas de luta: a grandiosidade das assembleias gerais, a ação decisiva dos piques e dos fundos de greve.

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é por isso, dialéticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.

Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem os nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto que nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir pela violência que os trabalhadores consigam local para se reunir.

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política.

Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados ocasionais saídos do campo das classes médias e da própria burguesia.

Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais consequente todo seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio Partido.

É por isso que a idéia de um Partido dos Trabalhadores, que ressurindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar hoje uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTBs. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores que nem de longe se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora chegou a vez do trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.

Nós, dirigentes sindicais não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque, acreditamos sinceramente existir entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, nesse momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do país.

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir essa tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido.

# CARTA DE PRINCÍPIOS DO PT

Aqui a íntegra do documento lançado ao público, em São Paulo e em vários outros pontos do país, às vésperas do 1º de Maio deste ano.

## Um Partido sem Patrões

**I** sociedade brasileira vive hoje uma conjuntura política altamente contraditória, e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazo.

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país, e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos que podem levar as lutas populares a novas e frangorosas derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de "abertura política" está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no país, e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime mantendo o controle do Estado, afim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico que só a eles interessa e que se baseia sobretudo na super-exploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial.

Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria, material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

O que significa estado de direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT e da lei de greve urdidas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e a preservação do espírito que informa essa mesma Lei?

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos opositoristas, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, expressem organizadamente a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os "de cima", incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos "de baixo", as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

**II** Estas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência entre seus quadros de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isto, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB - partido de exclusiva atuação parlamentar - impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis, e onde logicamente prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de "tomar de assalto" o MDB é muito mais que insensata; é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea, e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly e da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e juridicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam de fato nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que "não souo a hora" de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora de extração social privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a "frente das oposições" se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente de luta dos verdadeiros democratas. O P.T. considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista, unifiquem sua ação, estabelecendo Frentes Interpartidárias que objetivem conquistas comuns im-

ediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

**III** O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente que tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do estado em geral como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores que sabem a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O P.T entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo, e pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação - tão comuns na história brasileira. Por isso, o P.T proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas exploradas do campo e das cidades.

O P.T entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão à seu objetivo maior que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o Movimento Sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT torna-se inevitavelmente um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela Independência Política destes mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o Governo dos Trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manipulações próprias do regime-pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. Vale dizer. O PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que hoje sejam anunciadas, "sem erros do passado" ou "de baixo para cima", não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de "setores do empresariado nacional". Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político apelando para sua própria clientela nada temos a opor, porém, denunciamos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos, e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se programáticamente como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo ao lado dos operários, vanguarda de toda população explorada, todos os outros trabalhadores - bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. - que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas, e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática, tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência das massas; que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

- lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;  
- todos os militantes, trazendo inclusive para o interior do debate partidário, proposições de quaisquer setores organizados da sociedade, e que se considere relevantes com base nos objetivos do PT.

O PT declara-se comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política, e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

O PT manifestaria alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.



## Plataforma Política

**A** plataforma política do Partido dos Trabalhadores deve expressar os compromissos reais desse partido com os interesses dos trabalhadores que ele representa. Mas ao mesmo tempo em que a plataforma é um instrumento fundamental para a organização desse partido, devendo dar respostas concretas às lutas dos trabalhadores, ela é também fruto dessas lutas, pois a cada momento novos problemas surgem e novas soluções devem ser encontradas. Nesta perspectiva a plataforma aqui proposta não é mais que um ponto de partida para o debate político que visa a organização do partido. Seus itens-tradução do programa do partido nos diferentes momentos da luta - devem ser detalhados o suficiente para que cada bandeira represente de fato os interesses que ela pretende expressar. Devem ainda indicar os caminhos - ou formas de luta - para a realização de cada uma dessas bandeiras que, hierarquizadas, apontarão para os objetivos centrais do Partido dos Trabalhadores.

Os pontos desta plataforma podem ser agrupados em 3 (três) grandes áreas que estão intimamente interligadas.

### I — Liberdades democráticas

- Síndicos livres e independentes do Estado: extinção do imposto sindical, fim do estatuto padrão, liberdade de formulação dos estatutos, enfim, extinção da estrutura sindical vigente;
- Efetiva liberdade de organização nos locais de trabalho;
- Legalização das comissões e delegados de fábrica, eleitos democraticamente pelos trabalhadores;
- Plenos direitos sindicais aos funcionários públicos;
- Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente por todos os trabalhadores;
- Direito irrestrito de greve (abolição de toda legislação repressiva);
- Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Reintegração em seus cargos de todos aqueles que foram demitidos, reformados ou aposentados por força de atos excepcionais;
- Desativação dos órgãos repressivos e dissolução dos grupos para — militares, braço clandestino de repressão;
- Fim das torturas, investigações de todas as arbitrariedades policiais. Punição dos responsáveis;
- Fim dos tribunais de exceção;
- Fim imediato das eleições indiretas;
- Eleições livres e diretas;
- Direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados;
- Pelo fim do regime militar;
- Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana;
- Por um Governo dos Trabalhadores.

### II — Melhores condições de vida e de trabalho

- Fim da política salarial e recuperação das perdas salariais provocadas pelo arrocho salarial do regime autoritário, também levando em conta o aumento de produtividade do trabalho;
- Salário mínimo nacional único que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores;
- Escala móvel de salários a cada vez que o custo de vida aumentar 5% (cinco) ou através de reajustes trimestrais obrigatórios e acumulativos;
- Redução da jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais, sem prejuízo dos salários mensais;
- Eliminação total das horas extras;
- Contrato Coletivo de Trabalho;
- Contra o desemprego. Pelo salário desempregado;
- Estabilidade no emprego, a partir da admissão;
- Férias pagas em dobro;
- Aposentadoria integral;
- Segurança no trabalho, sob supervisão de órgão próprio dos trabalhadores;
- Extensão ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos;
- Congelamento dos preços do consumidor de todos os gêneros de primeira necessidade;
- Socialização da medicina e desenvolvimento da medicina preventiva;
- Democratização do ensino, com ensino público gratuito para todos, garantia de acesso à escola em todos os níveis para toda a população;
- Política habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores;
- Pelo fim das empreiteiras locadoras de mão-de-obra;

### III — Questão nacional

- Erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem terra;
- Título de posse da terra aos posseiros;
- Garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietários rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto;
- Estimulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietários;
- Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia, etc.);
- Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras;
- Estatização das grandes empresas e bancos;
- Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infra-estrutura;
- Controle popular dos fundos públicos;
- Respeito absoluto às peculiaridades culturais de cada região que compõe o país. Respeito aos direitos das minorias raciais;
- Política econômica e social que impeça desniveis regionais;
- Política externa independente.



13 de outubro de 1979

PT

# Um Partido para os oprimidos e explorados

A íntegra da Declaração Política aprovada no encontro de São Bernardo, realizado no último sábado.

Diante da crescente repercussão que o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores vem alcançando em diferentes setores da sociedade brasileira, suscitando, pela primeira vez, após várias décadas de história brasileira, um debate político amplo e inovador entre as bases dos movimentos populares, a sua Comissão Coordenadora Provisória julgou conveniente dar a público alguns pontos preliminares de sua posição política.

Esta declaração quer, portanto, contribuir para a ampliação desse debate e, especialmente, para a organização política de todos aqueles que estão interessados em participar, democraticamente, da construção desse novo instrumento e, em lutar pelo fim do atual regime de exceção.

Para tanto, declara:

## 1. Sobre as origens do PT:

Após vários anos de resistência democrática, o fato mais novo vivido pela sociedade brasileira é a grande luta das massas trabalhadoras, em anos recentes, pela conquista de melhores condições de vida para amplos setores da população brasileira das cidades e dos campos. A prática dessas lutas — que a ditadura não conseguiu impedir — criou as condições para os primeiros passos na ruptura de alguns dos principais mecanismos repressivos em que se apoiou o regime de 1964: o arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Foi com o desenvolvimento dessas lutas que surgiu a proposta do PT, pois tendo de enfrentar o peso brutal da concentração de poder do Estado, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, tornou-se claro para os trabalhadores que só a sua luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro.

Provocando uma série de confrontos com os legítimos instrumentos de luta dos trabalhadores, como no caso das intervenções sindicais, a ação repressiva do Estado provocou o impasse e levou a que grandes massas de trabalhadores percebessem a necessidade de intervir organizadamente na sociedade, em condições próprias e com um projeto político próprio.

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende, das fábricas aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base; dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e Intelectuais às Associações Profissionais; do Movimento dos Negros ao Movimento das Mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

Surgiu, portanto, como uma necessidade de:

— criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo;

— construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos

sociais que são frequentemente fragmentados pelas suas próprias diferenças internas e por uma luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão política de que são capazes,

— e, finalmente, se conquistar a política como uma atividade própria das massas populares que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também e, principalmente, nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia a dia, a construção de uma nova concepção de democracia, com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias.

Assim, o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores pretende se constituir em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política. Cabe citar, ademais dos setores que atualmente o apoiam, alguns parlamentares do MDB mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da Nação e os setores da Igreja mais comprometidos com a libertação social.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja, portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas, antes, criar as condições para uma luta de médio e longo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores. Única maneira de por fim à exploração e à opressão.

Em consequência, construirá uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas que ga-

rantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases.

## 2. O Movimento pelo PT e os Sindicatos:

Tendo nascido das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o movimento sindical. Defendemos, intransigentemente, a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação ao Estado, como também em relação aos partidos políticos.

Dessa forma, o Movimento pelo PT considera também que a luta por uma Central Única dos Trabalhadores é uma reivindicação fundamental de todos que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado. Portanto, a CUT não pode ser o resultado de articulações de cúpula; ela se fará pela vontade de todos os trabalhadores.

## 3. O PT e a "Reformulação Partidária":

A proposta do Partido dos Trabalhadores não nasceu do projeto de "reformulação partidária" dos dirigentes do governo. Sua legitimidade advém, portanto, das bases operárias e populares que se juntaram na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, à margem da soberania popular.

O movimento pelo PT reivindica, no entanto, o direito democrático de se constituir como partido legal e considera, por isso mesmo, indispensável, que esta legalidade seja estendida a todas as correntes de pensamento, existentes na sociedade. Não há democracia sem liberdade de organização política, e a organização política é um direito de todos.

## 4. O Movimento pelo PT e a Questão da Frente:

Repudiamos, portanto, a extinção dos

atuais partidos políticos ou a criação de novos por ato de força do regime que não consegue enfrentar politicamente os seus adversários, e defendemos a mais ampla liberdade de organização e expressão política. Com esse objetivo, chamamos todas as forças democráticas para que se organizem numa ampla frente de massas contra o regime ditatorial.

Julgamos, entretanto, ser indispensável preservar-se o direito de cada corrente política se organizar independentemente e de acordo com os seus princípios próprios. Esse direito é, em realidade, uma condição do fortalecimento dessa frente que, hoje, mais do que necessária, é urgente para que se possa romper o isolamento político que o regime quer impor às diferentes forças sociais e políticas de oposição. As iniciativas divisionistas do regime, opomos o aprofundamento da organização das forças democráticas e populares. Será nesse terreno que a sua unidade poderá se redefinir, de modo a se retirar das mãos dos dirigentes do Estado as iniciativas que lhes permitem, no momento, o controle do atual período de transição.

— Contra a extinção arbitrária dos atuais partidos políticos e pela mais ampla liberdade de organização e manifestação político-partidária;

— Contra a Política Salarial do governo e pela Contratação Coletiva de Trabalho;

— Por um Salário Mínimo, Real, Nacional e Unificado;

— Estabilidade no Emprego;

— Liberdade e Autonomia Sindical;

— Pelo Direito de Greve;

— Por uma Anistia que atinja todos os perseguidos do regime

São Bernardo, 13 de outubro de 1979

## Forme um núcleo do PT!

Além da Declaração Política acima, o encontro de São Bernardo aprovou também as seguintes

"Sugestões para Normas Transitórias de Funcionamento".

Apresente proposta tenciona apresentar algumas normas de funcionamento de caráter preliminar, com vistas a superar a inorganicidade prevalente no atual estágio do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Neste sentido é importante frisar que as normas orgânicas aqui sugeridas não são apenas transitórias, como substituíveis por outras segundo as características locais e regionais de frontadas pelo Movimento.

Por outro lado, é sempre bom enfatizar que as normas definitivas de organização do PT, que assegurem a plena democracia interna, deverão ser discutidas num primeiro Encontro Nacional abaixo mencionado e, em caráter definitivo, no Congresso Nacional a ser realizado oportunamente. Seguem-se as sugestões:

1) O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, desde já democrático e aberto a participação dos trabalhadores da cidade e do campo, dos cam-

poneses, dos posseiros, dos profissionais liberais, dos professores e bancários, parlamentares, estudantes, trabalhadores autônomos da cidade e do campo etc, proclama sua decisão de lutar pela sua legalização;

2) Com este objetivo, o Movimento pelo PT pretende agora iniciar a criação de sedes, a confecção de fichas de seus militantes e promover campanhas de finanças;

3) O PT deverá iniciar oportunamente uma campanha de assinaturas através de uma ampla mobilização de massas visando divulgar sua proposta; as listas de assinatura deverão ser nacionalmente uniformes;

4) O militante do Movimento pelo PT se define por sua inscrição num dos núcleos da organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo e pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de

Princípios de 1º/5/79 e da Declaração Política de 13/10/79;

5) Os militantes deverão contribuir financeiramente mediante critérios a serem definidos pela Comissão Nacional Provisória;

6) No presente estágio organizativo, o Movimento pelo PT se estruturará sob a forma de núcleos básicos — que serão reconhecidos como tais para efeito de representatividade partidária proporcional quando contarem com um mínimo de 21 membros organizados a partir dos locais de trabalho, moradia ou categoria profissional — comissões de nucleação a nível municipal e regional. Será reconhecido o direito de expressão aos núcleos em formação;

7) Ainda transitoriamente, cada núcleo deverá eleger um secretário e um suplente de secretário, cuja função será a de estabelecer os enlaces

com os organismos superiores do movimento;

8) É recomendável que cada núcleo fixe endereço para correspondência e, na medida do possível, até mesmo adquira uma caixa postal;

9) Fica convocado o 1º Encontro Nacional dos Militantes Pró-PT num prazo máximo de 120 dias com a realização prévia de Encontros Regionais. O Encontro Nacional terá por pauta mínima a aprovação de uma Carta de Princípios, um Estatuto e uma Plataforma de Lutas;

10) Fica formada uma Comissão Nacional Provisória composta da atual coordenação atual mais até 2 representantes, eleitos pelos militantes de cada estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória poderá também convocar outros companheiros para efeito de agilização dos trabalhos referidos nos itens anteriores.

# Censura: só matando.

Em Tempo continua a publicação dos depoimentos sobre Censura. Desta vez ai estão Plínio Marcos, um dos autores mais censurados no Brasil; Hélio Fernandes, jornalista com 3 confinamentos, 27 prisões e 114 interrogatórios na bagagem; e Eduardo Portella, atual Ministro da Educação, um dos homens da «abertura».

**N**a série de depoimentos sobre censura, realizados no simpósio sobre o tema, na Câmara Federal, nota-se uma constante: quase todos os depoentes, em especial aqueles que por qualquer razão têm a ver com o governo, começam por fazer uma exposição histórica. Acumulam-se as observações sobre como era a censura nos tempos da Grécia antiga, da Idade Média, e no caso brasileiro, se passa em revista a Colônia e o Império. Esta revisão tem um conteúdo de verdade muito patente: a censura existe parí passu com a cultura. Mas dá a entender também um certo ar de “não somos os primeiros a ter problemas com a censura, nem seremos os últimos”. De quebra, vai junto a idéia de que a censura é um problema, mas é um problema “natural”, algo como a lei da gravidade em relação ao desejo mitológico de voar, do qual os aviões modernos dão uma pálida e prisioneira idéia enlatada.

Nada mais enganoso do que essa sensação de “naturalidade” em relação a censura. Se é verdade que ela acompanhou a história da cultura, também é verdade que ela sempre se constituiu numa violência contra o “outro”. O que a censura perpétua não é o fato de termos, em nós mesmos, uma “repressão cristalizada”, na forma de um super-ego, mas sim o fato de podermos cristalizar sempre essa repressão sobre o “outro”. A censura, enquanto instituição, legiti-

ma a escolha de bodes expiatórios, sejam eles temas, fatos proibidos, menções a determinadas pessoas, ou as próprias pessoas, e parecer o poder de garantir uma tranquilidade hipócrita, confundida com um estado emocional “pacificado”. Como essa “pacificação” é ilusória, pois o motor da censura é sempre o deslocamento da realidade para a ilusão (enfrenta-se o problema da tortura eliminando-se as referências a ela na imprensa), ela sempre retorna ao ponto de partida: a censura vive da eleição de bodes expiatórios. Neste sentido existe pouca diferença entre o censor e a turba que lincha um judeu, um negro, um assaltante, uma adúltera, um isso ou uma aquilo. Esta é, dentre muitas, a primeira razão para sermos contra toda e qualquer forma de censura, nesta ou noutra sociedade. A censura perpetua, sob a capa da justiça, relações de iniquidade que são, potencialmente, uma possibilidade de todo ser humano; mas o caráter legítimo que o seu exercício no aparato do Estado dá a essa iniquidade a condição de ser “obscurecida”, “disfarçada”. O que é violência continua sendo violência; mas aparece com a capa de “serviço ao público”. Neste sentido, realmente, não há a menor distinção entre o censor que censura e o policial que tortura. E não me venham dizer que o fato da tortura existir ao longo da história humana faz dela um fenômeno “natural”. (Flávio Aguiar)

## Plínio Marcos e a Censura Teatral

«Na verdade o teatro nunca luta contra a censura. O teatro luta para a libertação de algumas peças».

**E**u gostaria de começar dizendo que a censura da Polícia Federal não é a pior que se exerce no Brasil. Ela é apenas consequência da sociedade repressiva em que a gente vive. A sociedade é repressiva e por isso mantém essa censura. Nós vivemos numa sociedade hipócrita, onde todos falam contra a censura, mas onde todos a exercem a todo o momento, reprimindo o próximo. Agora, o mal dessa censura policial é que ela se transformou num braço do colonialismo cultural e tem permitido a invasão de nosso país pelos estrangeiros. Essa invasão deveria ser, sem dúvida nenhuma, uma questão de segurança nacional. Só não é por que o governo que está aí se lócupeta com a alienação que essa cultura de consumo importada está causando. A censura impede as artes brasileiras de discutirem a realidade nacional. Essa realidade nacional, não sendo discutida, a arte brasileira não consegue responder às necessidades culturais do povo, e, portanto, ela não pode ter vida própria e acaba caindo nas mãos do paternalismo do governo, sendo subvencionada. Então, fica uma arte frouxa, que não faz sequer a crítica da sociedade. Neste presente momento, no Brasil, das artes mais elitistas como balé, ópera, cinema, teatro, até as mais populares como escolas de samba e circo, são todas subvencionadas pelo governo. Porque se não fossem subvencionadas pelo governo elas nem se realizariam. Na verdade, elas não têm nenhum interesse para o povo brasileiro que, com o poder aquisitivo baixo do jeito que tem, não vai pagar para ver uns negócios que não lhes dizem respeito. Ao lado disso, então a invasão da cultura de consumo vai ocupando o Brasil. Vai ocupando assim: no cinema são 9.600 filmes estrangeiros contra 100 filmes brasileiros, por ano. Na televisão são 172 filmes estrangeiros por semana. No rádio são 80% de música estrangeira diuturnamente tocando e empurrando nossas crianças e nossos jovens pelas orelhas.

### Subvenção, subversão.

O teatro brasileiro tem dois tipos de censura. O primeiro evidentemente é o da Polícia Federal, que proíbe peças. Calculamos cerca de mil peças, mas, pelo número de pessoas que a gente houve falar que tem peça proibida, deve dar muito mais de mil. E daí temos de fazer peças bem comportadas. E as peças bem comportadas não atraem público. E aí nós caímos na subvenção governamental. E essa subvenção é corruptora porque ela impede que o teatro seja crítico da sociedade. Ela impede que o teatro lute pela sua liberdade. Na verdade, o teatro nunca lutou contra a censura. O teatro luta para a liberalização de algumas peças. Mas para o fim da censura eles não lutam, porque um teatro que é comprometido não vai correr o risco de lutar contra um órgão do Governo. Ele se limita a tentar liberar algumas peças, mas nunca fazer um movimento maior para tentar acabar com a censura no país. Todas as vezes que eles entram em diálogo com o governo é para pedir apoio, porque o teatro brasileiro está sempre falido. Ele está sempre em crise, isso porque não é uma tribuna livre onde se possa discutir até as últimas consequências o problema do homem. Então, essas são as duas censuras: a censura policial, que nos impede de discutir até as

últimas consequências o problema do homem; e a subvenção governamental, que é realmente constrangedora e as companhias todas precisam dessa subvenção. Em São Paulo, começa-se a perceber que o governo vai poder até abandonar a censura policial, porque eles estão fazendo outro tipo de censura. Os teatros, as casas de espetáculos, estão ficando nas mãos do governo. Então nós temos ou os teatros de São Paulo, que são do governo federal, estadual ou municipal, ou então estão ficando nas mãos de sociedades culturais estrangeiras, assim como o Teatro da Aliança Francesa, da Aliança Italiana, teatro não sei do que, teatros patronais que nem o SESI, Teatro Anchieta que é do SESC, e ainda tem outros que o Governo aluga por longo tempo. Por exemplo, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) está alugado por um ano ao Governo Federal; o Teatro São Pedro está alugado por um ano ao Governo Estadual. Os teatros do interior são sempre do município, feitos de acordo com o Governo Estadual. E então, só entram as peças que eles querem.

### Fim da censura?

Atualmente está se falando no fim da censura. Eu acredito no fim da censura quando sair a Lei da Censura. Eu pessoalmente gosto de quem defende a tese de que o artista, principalmente o de teatro, deveria ser livre e independente. Ele que colocasse a peça dele no palco e essas peças seria assistida. Se ela realmente atentasse contra a moral e os bons costumes, então funcionaria um promotor contra essa peça. Mas enquanto ela estivesse sendo julgada, não seria tirada de cartaz, por que enquanto não se é julgado não se tem crime. E depois que fosse julgado, se o autor e os produtores fossem condenados, então responderia perante a lei, mas a responsabilidade seria de quem montasse. E não do jeito que é feito, onde um grupo de pessoas, os censores, são de repente tutores da Nação. Pessoas que, às vezes, não têm a mínima especialização; que as vezes nem sabem ler um texto de teatro, porque um texto desses requer uma especialização.

Isso não significa que o censor tenha ou não um diploma de faculdade. Por exemplo, temos um caso que sempre contamos da Navalha na Carne, que tinha um trecho que o censor lia e dizia que era um amontoado de palavras. Mas a nossa resposta é que, quando entra a sensibilidade da atriz, isso ganha uma dimensão da poesia. O censor se recusava a acreditar nisso. Tivemos que recorrer, e conseguimos com uma pessoa de bom trato que é o Gen. Silvío Correia de Andrade, que se fizesse um ensaio para uma comissão e, realmente, naquele momento em que a atriz emprestava a sua sensibilidade para aquele trecho, aquilo ganhava uma dimensão de poesia e o próprio General acabou se comovendo e falou que daria um parecer do seu próprio punho, para que recorrêssemos ao Ministro da Justiça da época, Gama e Silva. Isso foi feito e, depois de muita luta, se conseguiu liberar a peça Navalha na Carne, que depois acabou sendo proibida.

E, assim, vamos tendo consequências em outros campos. Por exemplo, a Censura proibiu uma

escola de samba de trazer uma frase de minha autoria no seu “abre alas”: “Um povo que não ama e não preserva suas formas de expressão mais autênticas, jamais será um povo livre”. Essa frase foi proibida pela censura. O escritório de São Paulo não permitiu que a Mocidade Alegre Camisa Verde, do bairro do Limão, levasse no seu “abre alas” essa frase, no momento em que eles iam fazer uma homenagem a Procópio. Agora, porque eles proibiram essa frase, não sabemos, porque era uma frase que defendia a cultura brasileira. Mas, provavelmente, eles eram contra a cultura brasileira.

Quando recorremos à decisão do Ministro Falcão, porque ele dizia que a peça Abajur Lilás era um atentado à moral e aos bons costumes e a gente exigia que ele explicasse porque ela atentava contra a moral e os bons costumes, porque se uma peça fala contra a tortura, necessariamente ela não precisa ser a favor da tortura. A minha, por exemplo, era contra a tortura. Se ela fala da exploração do homem pelo homem, era porque ela era contra a exploração do homem pelo homem. Se ela fala dessas coisas todas, não quer que eu seja a favor, muito pelo contrário, sou contra essas coisas. Mas ele dizia que eu atentava contra os bons costumes. Então, queríamos saber se eram os bons costumes dele esses aí. (Edição: Guido Mantega).



## Censura e Tortura

Hélio Fernandes, da Tribuna da Imprensa, debate as relações entre censura, tortura, a proteção dos aparelhos repressivos e a subserviência das empresas jornalísticas.

**H**élio Fernandes é jornalista, dono da Tribuna da Imprensa. Trabalhou em O Cruzeiro, A Noite, Folha Carioca, Revista da Semana e dirigiu Manchete e a Rádio Mauá. Foi um dos chefes da Campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek, com quem rompeu posteriormente. Participou da revolução de 1964, tendo também rompido com ela logo a seguir, em 9 de Abril. Em 1966, candidato a deputado federal pelo MDB, não

chega a registrar sua candidatura por ter sido casado pelo A1-5. Foi preso em Fernando de Noronha por ter escrito um “necrológio” bem pouco elogioso, quando morreu o Mal. Castelo Branco. Depois de sua prisão, instala-se na Tribuna da Imprensa a censura prévia por 9 anos e 9 meses.

O seu depoimento tem em vista “estabelecer, pela primeira vez realmente, a relação censura-tortura, censura-perseguição, censura-violência, censura-arbitrariedade, tudo aquilo que, acobertado pela censura, transformou o Brasil num mar de sangue”. Faz um breve histórico da censura no Brasil que, segundo ele teria sempre existido, embora de forma intermitente (menciona a censura da ditadura Vargas de 37-45, que se inicia como prévia e depois passa a auto-censura). Diversamente, a censura que se inicia em 64 e vai se agravando “até que passa a ser censura prévia violenta, com objetivo de esconder tortura e violência”. No curriculum jornalístico do depoente, contam-se 3 confinamentos, 27 prisões e 114 interrogatórios.

Segundo H. Fernandes a partir de 68 toda a imprensa alternativa, alguns jornais e algumas revistas estavam submetidas à censura. Mas o único caso de censura prévia por quase dez anos, num jornal diário, foi o da Tribuna. Quanto à censura prévia a O Estado de São Paulo, ele nos relata a sua origem: a decisão de publicar um artigo sobre anistia, com os quatro ex-presidentes: Dutra, Juscelino, Janio e Jango que eram favoráveis a ela. O Estado, não aceitando o veto telefônico à publica-



Hélio Fernandes, da Tribuna da Imprensa

Continua na página 12

ção da reportagem, sofre a imposição da censura prévia, retirada apenas no início do governo Geisel.

Helio Fernandes enumera pessoas cujo depoimento, se fosse permitido, viria a elucidar a questão censura-tortura: Gal. Lyra Tavares (Ministro do Exército de Costa e Silva, que deu a ordem para a censura na *Tribuna*), Gal. Hugo Abreu, Gal. Médi, Gal. João Batista Figueiredo, Ministro Armando Falcão, Gal. Fiuza de Castro, Gal. Alberto Fontoura, que foram, segundo o jornalista, "os maiores responsáveis pela censura e até pela tortura no Brasil".

Helio Fernandes se refere à atitude ambígua da grande imprensa em relação à censura. Além da censura propriamente dita, havia intimidação, covardia e acomodação. Via de regra a censura era telefônica, não havia censura prévia. Para ele a imprensa não tem condições de resistir a governos fortes. "A grande imprensa deixa-se censurar gostosamente e até colaborou com a censura". Denuncia a pressão indireta dos grandes anunciantes (como as multinacionais) quanto ao funcionamento dos jornais. Os jornalistas, que ele define como "homem sem censura", estaria cada vez mais escravizado ao dono de jornal; a censura interna continuaria mesmo na ausência da censura oficial. Fernandes afirma que tem "dito, por esse Brasil inteiro que a salvação, inclusive do mercado de trabalho jornalístico, é a imprensa alternativa".

Ao ser perguntado sobre a "abertura", diz ele que em meio à essa "euforia de liberação", persiste a atitude autoritária e cita a "lista negra da televisão", em que seu nome e de seu irmão Millor Fernandes ocupariam lugar de destaque. Ressalta a falta de interesse do governo em conceder o que

quer que seja e o cuidado para que a abertura não se torne maior do que ele mesmo planejou. "O governo não quer nenhuma liberdade que seja ampla, total e irrestrita". Apesar da "abertura" e da ausência de censura à imprensa escrita o aparelho de repressão continua montado e pronto para ser acionado.

Ao relatar o transcorrer destes dez anos de censura na *Tribuna da Imprensa*, explicita quem eram os censores e quais os seus métodos. No início, a censura era feita pelo Exército, passando depois a ser de atribuição da Polícia Federal. Os censores do Exército censuravam tudo o que dissesse respeito a torturas e prisões, liberando o resto (artigos de defesa dos interesses nacionais, artigos contra as multinacionais). A censura da Polícia caracterizava-se por ser discricionária: mutilação de artigos, violência, chamados para depor nos processos mais absurdos. H. Fernandes admite ter usado de todos os recursos possíveis para "driblar" os censores, conseguindo mesmo trocar as matérias depois da saída deles. Dessa forma pôde publicar um artigo contra a prisão do pessoal do Pasquim e, por isso, foi preso e levado para o CODI-DOI. Lá foi recebido pelo Cap. Caminha, um dos 233 torturadores relacionados pelo jornal *Em Tempo*. Nada sofreu, em virtude de um parecer médico sobre seu estado de saúde, mas pôde observar 30 a 40 presos confinados em quartinhos cuja capacidade máxima era de 5 a 6 pessoas e ouvir os gemidos dos torturados.

Hélio Fernandes move atualmente contra a União, uma ação de ressarcimento de perdas e danos sofridos pelo seu jornal, durante o período censório. Na madrugada de 4 de Outubro seu carro foi incendiado, tendo os peritos declarado tratar-se de incêndio criminoso.

## O depoimento de Eduardo Portela

«As relações de censura e democracia são de repressão e gratificação» — declara o nosso Ministro da Educação e Cultura

Eduardo Portela principia seu depoimento no *Simpósio sobre Censura da Câmara dos Deputados tentando defini-lo no contexto da sociedade: a censura é um "mecanismo de poder". Recapitula rapidamente toda a história do ocidente — que se distingue por uma "tradição tecnocrática" — apontando a presença constante e as formas múltiplas que ela assume. Há uma disputa eterna entre a cultura com seu "pluralismo congênito" e a "uniformização" exigida pelo poder. Defende a liberdade radical da linguagem, mas longe dele a idéia de propor o fim da censura, que é mesmo "prevista na Constituição". Simplesmente, ela não lhe parece assunto para intelectuais ou para o MEC: "Nós nascemos para sermos proibidos e não para proibir". Nesta nossa abertura o Ministro da Educação, com uma ligeira ginástica, consegue a velha proeza de não ser contra nem a favor, muito pelo contrário. Seguem trechos do que disse.*

### Democracia e pornochanchada

"Esse tripé reúne a cultura, a sociedade e a censura, reúne-as de uma maneira frequentemente inamistosa. Nós vamos ter que entender por sociedade o comércio das mensagens ou dos bens materiais e espirituais a serviço ou disputados pelo poder. Quando nós falamos em bens materiais a empolgação econômica imediatamente prevalece; quando falamos em bens espirituais a vertente cultural se projeta. Há entre ambos, no caso do econômico, uma tendência a fechar os sistemas. No caso da cultura, uma outra tendência, a abrir os sistemas. De maneira que sendo assim nós podemos caracterizar desde longe uma espécie de impasse permanente que adquiriu constações diferentes ao longo da história, mas de qualquer maneira o impasse é a modalidade normal de diálogo dessas duas categorias. Neste quadro a censura como um mecanismo atuante do poder. (...) "

"A cultura e a educação não são objetos censuráveis. O que é censurável já não é nem educação nem cultura. (...) "

"Quando a pornochanchada incorpora um componente criativo, então ela é uma manifestação cultural. Mas quando ele se realiza como uma descrição puramente linear, onde a criatividade passa ao largo, então, evidentemente, ela não é uma manifestação de cultura. "

"As relações de censura e democracia são de repressão e gratificação. Toda sociedade humana é uma dialética de gratificação e de repressão: é o que os psicanalistas chamam de princípios de realidade e princípio de prazer. Haverá sempre uma disputa entre esses dois elementos. Essa convivência nunca é amigável. Uma hora, a censura amplia suas garras e o componente democrático se vê bastante prejudicado, diminuído, minimizado. Outras vezes acontece o contrário. De maneira que é um processo dialético, que não termina nunca. Pelo menos não terminou ao longo de dois mil anos de história do Ocidente. (...) Para alguém que não acompanhou sua retórica cristalina, o Ministro responde:

"Não quis dizer nada disso. Quis dizer exatamente que em nenhum momento achei que a censura

era estimulante ou que poderia contribuir. (...) Talvez não me tenha feito claro em alguma passagem, mas realmente não vim fazer a defesa da censura. Vim fazer a defesa da anticensura, que é a inteligência.

### Televisão e censores

"Hoje temos um tempo que não é o tempo rural, é um tempo urbano, e esse tempo urbano subverteu as relações sociais, de maneira que a televisão é um sub-item desse quadro global de modificação das nossas formas de convivência. Acho que o governo deve atuar, acreditar que possa, sobretudo em determinados horários, para obter certas modalidades de veiculação de programas que não agravam esse quadro. Acho que isto poderá ser feito não de uma forma coativa, mas mediante o diálogo, mediante a tentativa de chegar a pontos de vista comuns". "...devemos fazer um esforço de qualificação de censor, já que a censura existe e está prevista constitucionalmente para alguns casos. (...) Mas tenho algum receio. Por exemplo, no Rio de Janeiro, tinha um pedaço de Sófocles em cena. *Edipo Rei*, e esta peça provocou uma série de debates marginais sobre o problema da culpa, sobre o problema da relação edípica, e um censor disse, na ocasião (eu espero e faço votos para que as coisas tenham melhorado muito) nós temos que mandar prender este Sófocles, porque ele está complicando muito as coisas". De maneira que este tipo de censor não poderia tratar a matéria tão complexa como esta. Agora, se está se registrando melhoria do quadro de censores, para aqueles assuntos de moral e de costumes, que estão previstos na Constituição, eu folgo em saber." (Edição: Luiza Moreira)



Eduardo Portela, o Ministro da Educação

# SALADA MISTA

## Themroc

Filme de Claude Faraldo. Produção Francesa. Com Michael Piccoli, Beatrice Romand e Marilu Tolo. (1972). Em exibição em São Paulo.

Este filme apresenta uma inovação na linguagem cinematográfica. É um filme sonoro onde não há falas articuladas. Poderíamos pensar numa retomada do cinema mudo, tendo em vista produzir um determinado efeito: uma crítica da fala enquanto expressa relações ideologicamente comprometidas.

Já nos créditos opta por uma forma de escrita em desuso - o manuscrito - que se contrapõe ao automatismo, ao estereótipo, ao cotidiano massificado. O protagonista é um trabalhador. Seu dia começa com uma refeição distraída e obrigatória, empacotada e engolida às pressas diante do relógio límbico que a mãe-guardiã aponta. O desejo é subjugado. A necessidade do corpo é reduzida a engolir o alimento e expelir o excremento, entre os ruídos da descarga; a vida é fragmentada em espaços de tempo compassados pela necessidade de sobrevivência e produção. O herói anônimo, encarregado da manutenção da parede externa da fábrica, ao lançar um olhar curioso e desejante para o interior da sala do chefe que exerce a prerrogativa do gozo das pernas da secretária recebe no rosto um violento golpe da janela e sangra. Seus companheiros prosseguem o trabalho, impassíveis. A repressão do chefe, emitida através de sons inarticulados, expressa o já conhecido - "Ponha-se no seu lugar". Não há mais necessidade da palavra para explicitar o sentido de um discurso vazio, cristalizado e repetitivo. O mesmo acontece com os sons emitidos pelo alto-falante da polícia (o discurso da repressão é claro e reconhecível). É denunciada a vacuidade de uma fala que só serve para corroborar a violência e a dominação. Em *Themroc*, grito de guerra, a linguagem e seus objetos são despedaçados pela picareta do operário que destrói, implacável, o velho discurso e os trastes inúteis que o perpetuam.

Na sua fúria devastadora, o operário acaba com as divisões impostas pela organização social vigente, subvertendo as relações espaciais interior-exterior. Derruba a divisão que isola os trabalhadores "de fora" dos "de dentro"; anda a pé, no túnel do metrô. O ódio contido aflora em urros e gargalhadas. Para demolir a proteção contra o exterior, constrói na casa uma parede interna que o isola do ranço dos pregoceiros e dos interditos familiares. O corpo é posto a nu, liberado de seus travestimentos. A ação inovada é contagiante, outras paredes são demolidas, o amor é feito ao ar livre. Os objetos da repressão se voltam contra seus idealizadores as bombas de gás lacrimogênio são cheiradas com volúpia. O que era marcado com o sinal da violência e da morte recebe a marca do amor e da vida. O corpo do inimigo, assado como um grande leitão, é saboreado com prazer; o detentor da força é reduzido à sua animalidade e de caçador se transforma em caça. A tática doslata é a sedução cheia de humor. Um cantar lânguido envolve a cidade em grande plano. Mas nas cenas finais somos arrancados da utopia para a realidade, quando vemos cair sem vida os braços que se estendiam para fora através das frestas de um muro. A rebelião foi sufocada, mas fica na memória. (Maria Lucia Cacciola)

## Jornalismo

*O Inferno é Aqui Mesmo*, de Luiz Vilela. Editora Ática, 224 páginas, primeira edição. — Cr\$ 150,00

Luiz Vilela é hoje um dos mais respeitados autores da nova literatura brasileira. "Um talento" segundo Antonio Candido, "cuja força está no diálogo e, também, na sua linguagem". *O Inferno é Aqui Mesmo*, é seu oitavo livro: antes, teve cinco outros de contos, dois romances e uma novela.

Dividido em cinco capítulos, o romance conta a história de Edgar, um jovem repórter de Belo Horizonte que, ao vir a São Paulo a trabalho, encontra um velho amigo que o convida a participar da redação de um dos grandes jornais da capital. Convém ressaltar que o romance é baseado em fatos reais vividos pelo autor em 1968, quando Vilela mudou-se para São Paulo, onde foi repórter e redator do *Jornal da Tarde*.

Entusiasmado com sua transferência para o jornal paulistano, Edgar, apesar de ter sido alertado pelos colegas mineiros sobre os problemas que iria encontrar na redação de um grande jornal, acaba sendo envolvido pelas fofoças e armadilhas dos vários grupos de carreiristas existentes na empresa. Perde, com isso, todo o seu interesse pelo jornalismo, já que não pretendia fazer dele um mero carreirismo, mas sim um trabalho sério e verdadeiro.

Em pouco menos de um ano no jornal, Edgar já havia perdido todo um comportamento de amizade e solidariedade, chegando a trair seu único amigo da redação. Mesmo não se tratando de uma grande obra literária, *O Inferno é*

*Aqui Mesmo*, revela facetas insuspeitadas do jornalismo brasileiro, mostrando que não foram só os donos dos jornais e a censura exercida por um regime autoritário, que levaram o nosso chamado "grande jornalismo" ao descrédito e ao conservadorismo. Coube também uma parcela dessa responsabilidade a muitos de nossos jornalistas — que, na ganância de ganhar mais dinheiro e alcançar melhores postos dentro do jornal acabaram compactuando com o poder interno, passando por cima dos companheiros.

Vilela não se preocupou em analisar o jornalismo brasileiro, apenas interpreta e relata fatos vividos por ele na grande imprensa, jamais emitindo uma opinião. Cabe ao leitor tirar suas próprias conclusões. Para o público em geral, a obra talvez possa passar despercebida, mas para os jornalistas, principalmente os que trabalharam ou ainda trabalham na chamada "grande imprensa", o romance irá marcar, ou deveria...

Quem conhece o interior de um grande jornal sabe que atualmente existem mais caçiques do que índios e que, dessa luta, sobra apenas um jornalismo provinciano, retrógrado e conservador. É lógico que toda regra tem suas exceções. Mas muitos profissionais não terão dificuldades em identificar os personagens de *O Inferno é Aqui Mesmo*. Vilela teve a coragem e a humildade de deixar bem claro quem é quem, mesmo sabendo que com isso sua obra poderia não ser bem recebida por aqueles que pudessem se sentir afetados.

Se não é a grande obra literária que muitos gostariam que fosse, *O Inferno é Aqui Mesmo*, pela linguagem direta, vale pelo seu pioneirismo. Trata-se do primeiro passo. Agora cabe a nós, jornalistas, discutir e avaliar, com a mesma coragem e honestidade intelectual, o nosso próprio trabalho. (Florestan Fernandes Júnior)

## Eu matei o cinema nacional

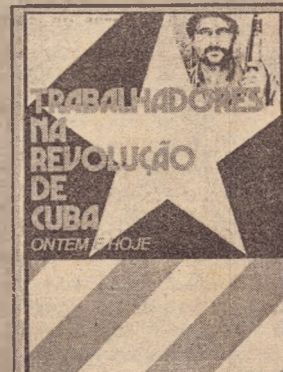
Eu Matei Lúcio Flavio — Dir. Antonio Calmon

Filmes politicamente bem posicionados, mas com salas vazias e dificuldades de distribuição ou um cinema que encontre ressonância e receptividade no grande público, rumando para um verdadeiro cinema popular? Entre estes dois polos se movimentam os cineastas que viveram intensamente o efervescente projeto político-estético do Cinema Novo. A Calmon é um filho tardio deste contexto, pois só veio a realizar o seu primeiro filme já na fase decedente do movimento cinemanovista. *O Capitão Bandeira contra o Doutor Moura Brasil* (1971) era um ajuste de contas com o peso de engajamento que assolava o jovem diretor. Calmon se saiu bem, realizando um filme descontraído, inteligente e divertido, mostrando um talento extrassante aliado à habilidade artesanal. Resultado: aspirações estéticas (do diminuto público e diretor) satisfeitas e fraco retorno do capital investido.

E agora, com *Eu Matei Lúcio Flavio*, o que pretende Calmon? Depois do brilhante filme de H. Babenco, uma leitura política extrapoladora do aspecto puramente policial e que mostrou não estar "alienada do público", o filme de Calmon sobre Mariel Moroycott (notem: não sobre Lúcio Flavio) surge carregado de oportunismo, procurando faturar na esteira de um filão que deu certo. Mas o que se retém do filme é uma espécie de elegia a um leão de chácara que sobe na vida dando proteção a políticos, comandando o esquadrão da morte e praticando com sofreguidão o doce esporte do sexo.

*Eu Matei Lúcio Flavio* é o substrato de uma visão equivocada sobre o que seria um cinema popular no Brasil, pois não parte do senso comum com o intuito de superá-lo, mas sim aceitando-o acriticamente. No meio de um emaranhado de equívocos só o talento de Calmon não é totalmente abafado, demonstrando que continua um mestre na utilização da trilha sonora (é preciosa a cena de tortura ao som de Lady Laura de Roberto Carlos) e competente no domínio da imagem e na direção dos atores. O saldo final: uma lástima.

José Mario Ortiz Ramos



Não deixe de ler o novo livro de Marcio Moreira Alves: «Trabalhadores Revolução de Cuba» Uma publicação da Editora SA



# O nascimento do PC do B

por Elvira Oliveira e Marco-Aurélio Garcia

Inimigos jurados e recriminando-se reciprocamente, dois Partidos Comunistas — o PCB e o PC do B — apresentam em realidade vários pontos em comum. Ambos reivindicam a mesma origem, sua fundação em março de 1922, a partir de um núcleo operário que vem do anarquismo e que adere às teses da Internacional Comunista, fundada anos antes, em 1919.

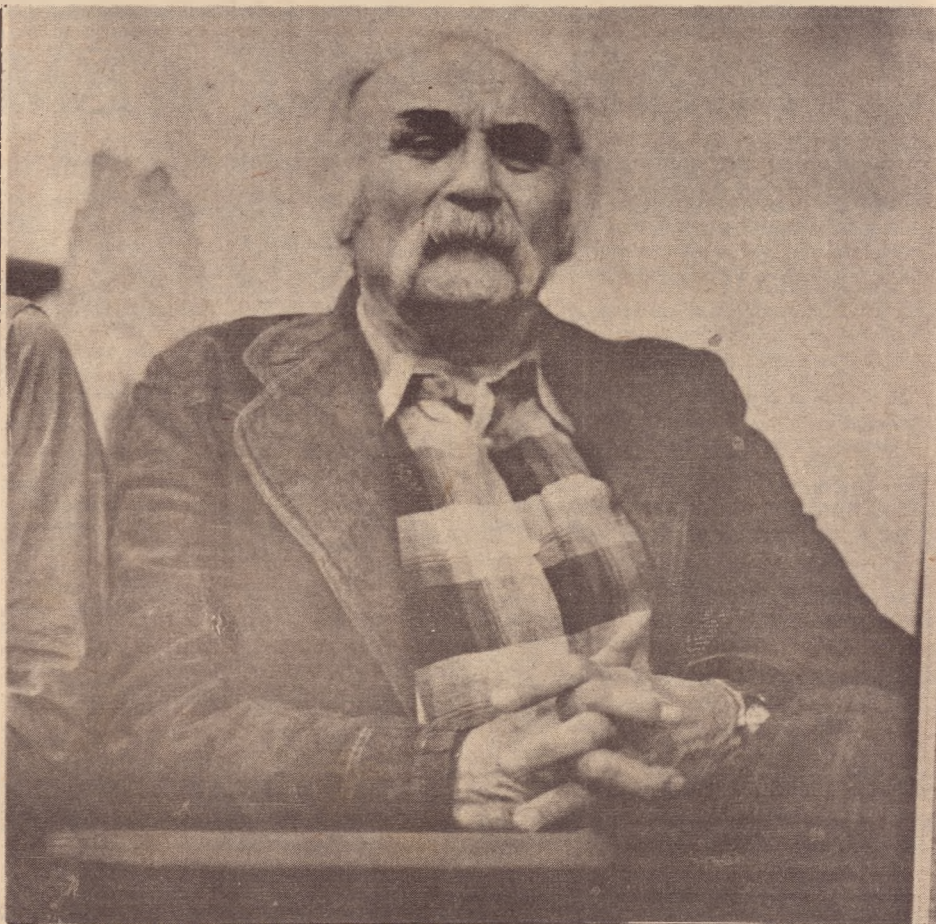
Uma só organização até fevereiro de 1962, o Partido Comunista vê precipitar-se no seu interior uma crise que se desenvolvia desde pelo menos 1956, quando sobre suas fileiras desabaram as notícias vindas de Moscou acerca das denúncias formuladas por Nikita Krushev, então secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, a respeito dos "crimes de Stálin".

Estes "raios num céu azul", como foi chamado o Relatório Secreto de Krushev, e cuja publicação no Brasil coube ao Estado de São Paulo, foram considerados como uma simples manobra diversionista para desacreditar o movimento comunista. Um ano mais tarde, no entanto, ainda que o Relatório de Krushev continuasse "secreto", começavam a manifestar-se as conseqüências das denúncias formuladas pelo secretário-geral do PCUS. O homem forte do Kremlin conseguia expurgar os mais expressivos representantes da velha guarda stalinista: Molotov, Malenkov, Kaganovitch, etc.

## Um expurgo caboclo

Antes disto os Partidos Comunistas em todo o mundo tinham enfrentado, em meio a um clima de perplexidade geral, os efeitos da reunião de Moscou. No Brasil, em outubro de 1956, os jornais **Voz Operária** e **Imprensa Popular**, ambos órgãos oficiais do Partido Comunista, decidem publicar um "Boletim de Debate" para que os militantes expressem seus pontos de vista a respeito da nova problemática criada no movimento comunista internacional e qual suas projeções no Brasil.

Até abril de 1957 as discussões prosseguem, quando são encerradas abruptamente pelo Comitê Central, em nome da Unidade do Partido. De fato, para a prática reinante até aquele momento os limites do tolerável haviam sido ultrapassados, na medida em que alguns grupos — especialmente os ligados ao ex-tenen-



Diógenes Arruda Câmara, do PCB ao PC do B

te Agildo Barata — começavam a colocar uma discussão radical sobre a organização interna do PC, particularmente sobre os problemas da sua democracia interna.

Na luta contra o "agildismo", produziu-se uma relativa unidade das correntes em que se dividia a direção do PC. Mas esta unidade (tática) se revelará fugaz. Neste mesmo ano de 1967, o Comitê Central modifica a composição da Comissão Executiva, afastando Diógenes de Arruda Câmara, até então o homem forte do PC, além de João Amazonas e Maurício Grabois. O complemento político desta medida orgânica, caracterizada como parte da luta contra o "mandonismo", segundo o jargão partidário em voga na época, seria a aprovação em março de 1958 de uma **Resolução Política**, que marcava o sepultamento definitivo da linha política estabelecida na Declaração de Agosto de 50, reiterada pelo IV Con-

gresso em 1954 e modificada molecularmente após o suicídio de Getúlio Vargas. (Nos capítulos referentes ao PCB tratamos desta problemática).

Mas as reorientações do CC são aceitas com dificuldades por aqueles que haviam detido o controle do Partido por vários anos. Arruda cai no mais absoluto ostracismo político, sendo transformado em verdadeiro "bode expiatório" de todos os males do PC. A imagem de Prestes é preservada e seu alter ego é que receberá toda a incriminação. Os demais homens influentes do período anterior são espalhados pelo Brasil: Amazonas é enviado ao Comitê Regional do Rio Grande do Sul; Pedro Pomar, ao distrital Tatuapé na capital paulista, em São Paulo ficará igualmente Arroyo, enquanto Maurício Grabois, Danielli e Lincoln Oeste vão para o Estado do Rio.

## O quinto congresso

Quando o Quinto Congresso do PCB é convocado e as teses lançadas pela direção se mostram muito próximas da Declaração de Março de 58, o grupo marginalizado da Comissão Executiva tenta uma inútil resistência às novas posições. Não só desenvolve uma intensa atividade na Tribuna de Debates, do semanário **Novos Rumos**, onde os principais porta-vozes da oposição se expressam em longos e críticos artigos ao projeto de Teses, como, igualmente, em algumas das conferências regionais ou distritais tenta acumular forças para obter uma correlação mais favorável no Congresso.

## A presença de Prestes

É neste momento que Prestes decide comparecer às discussões dos organismos onde se concentram maior número de opositores. O secretário geral intervém pessoalmente na conferência distrital do Tatuapé, para contrabalançar o peso de

Pomar, o mesmo fazendo na Conferência Regional do Rio Grande do Sul, dividida entre suas posições e aquelas defendidas por João Amazonas.

A linha prestista se afirma, no entanto, e o Quinto Congresso, em 1960, não só dá vitória às Teses oficialmente propostas à discussão, como realiza uma limpeza em regra no Comitê Central. Apenas Arroyo é reeleito como titular do CC, restando para Danielli e Pedro Pomar, uma simples suplência.

O conflito se precipita e a gota d'água é a decisão do Comitê Central, no ano seguinte, de mudar os Estatutos, alterando o nome de Partido Comunista de Brasil, para Partido Comunista Brasileiro.

## A carta dos 100

Solidificando as diferenças entre as já caracterizadas facções, a conjuntura internacional apresenta novamente um papel decisivo. Cuba com sua teoria foquista e a afirmação da revolução socialista e a China com os ataques sistemáticos a Moscou e sua linha revisionista. Utilizando-se destes últimos, os dissidentes passam a referenciar-se no PC Chinês. Mas a querela é acelerada quando o PC aprova o novo programa e estatuto na Conferência Nacional de setembro de 1961, visando obter "status" eleitoral legal e para convencer o eleitorado de que o partido era na verdade de natureza nacionalista e não um instrumento da União Soviética.

Através da "Carta dos 100", os dissidentes protestam e criticam a omissão deliberada das referências ao marxismo-leninismo e à luta revolucionária. Este documento vai se constituir no detonador do processo de ruptura, pois os "reformistas", mais que Stalinistas, eram pró-Soviéticos. Havia aceito a auto-crítica sobre Stálin, pois esta fora orientada pelo PCUS, mas assim como este, não abandonara a prática instituída. A solução da divergência pela expulsão sumária já estava, portanto, colocada. O pequeno grupo liderado por Amazonas, Grabois e Pomar foi expulso, formalmente, no início de 62, por "seus sistemáticos ataques à unidade e a disciplina dos movimentos comunistas". Além daqueles, os mais decididos e conhecidos dissidentes, também denunciados e expulsos pela mesma razão estavam José Duarte, Angelo Arroio, Walter Martins, Calil Chade, Carlos Danielli e Lincoln Oeste.

Estes, e mais alguns signatários da "Carta dos 100", realizam em fevereiro de 1962 uma Conferência Nacional Extraordinária em nome do PC do B, aprovam resoluções em favor da manutenção do velho nome do Partido e elegem o novo CC, que inclui 8 membros, que antes haviam participado do CC do PCB. Desta forma, surgiam efetivamente a luz do dia os dois Partidos Comunistas. O PC do B é imediatamente reconhecido como partido irmão tanto pelo PC Chinês como pelo Partido do Trabalho da Albânia e pelo menos até a morte de Mao-Tsé-Tung, este figura ao lado de Stálin no panteão dos continuadores da tradição revolucionária de Marx e Lenin.

A análise da situação nacional e do caráter da revolução brasileira do novo

## a questão agrária e a questão militar

Embora em suas formulações doutrinárias e táticas o PC do B tenha se definido pela concepção da "Guerra Popular Prologada", o seu Programa vai repetir basicamente aquele de 1954, do PCB. A proposição da reforma agrária radical, por exemplo, encarada, é claro, como uma tarefa democrática, ponto fundamental para o Partido, já se encontra desenvolvida em tal Programa. Alguns aspectos são, no entanto, realçados: a definição do campesinato como força principal da revolução, a necessidade de sua participação nas decisões do poder do Estado, o caráter violento da revolução e a premência da ida para o campo.

De acordo com próprios membros do Partido, apesar da teoria foquista ser criticada e rejeitada teoricamente, na prática foi a orientadora de sua ação e sintomático disto, é o fato do PC do B nunca ter formulado um Programa Agrário. Nunca ter procurado saber mais sobre a "Força principal" de sua revolução. Apesar deste "status" superior, os camponeses, pequenos proprietários e trabalhadores rurais foram considerados como vivendo, no geral, a mesma situação e tendo, portanto, as mesmas aspirações e necessidades, tal como os encarava o PCB.

Quil único documento em que se discute mais detalhadamente a questão, é no texto de 1967: "A revolução agrária ou a contra-revolução do Sr. Caio Prado Jr.", onde a preocupação maior é responder as formulações de C. Prado Jr.

Outros elementos indicadores da direção foquista assumida pelo Partido, estavam no próprio processo de preparação da guerrilha. Neste privilegiava-se a preparação física dos combatentes e a sua ligação afetiva com os moradores das regiões, ao trabalho político com as populações e a localização para implantação dos grupos, dada por critérios geográficos (presença da mata, montanhas etc.), em detrimento também de critérios políticos. (E.O.).

Continua na pág. 14



# A AP, o PRT e EM TEMPO

Partido, não se diferencia muito daquela feita pelo PC de Prestes. Para o PC do B os inimigos principais também são o imperialismo e os latifundiários e a evolução de nossa estrutura aponta para a necessidade de uma etapa democrático-burguesa. Na caracterização dessa revolução democrático-burguesa é que se iniciam as diferenças. Para o PC do B esta não será de tipo tradicional, dirigida pela burguesia, mas sim pelo proletariado em aliança com o campesinato, embora setores da pequena e média burguesia possam ser os aliados. O governo revolucionário popular que resultará da revolução, além da destruição dos inimigos principais, assegurará a liberdade, melhorando a cultura e o nível de vida das massas.

A identificação com o PC Chinês fornece o modelo para esta revolução, que dirigida pelo proletariado, terá no campesinato sua força principal, por constituir a maioria explorada da população e porque a "libertação nacional liga-se indissolúvelmente à solução da questão agrária". A reforma agrária, uma tarefa burguesa, só será conquistada com a aliança operário-camponesa e o caminho revolucionário aponta para uma guerra popular prolongada, que terá no campo sua base privilegiada. No desdobrar desta especificação ressalta um aspecto determinante na diferença tática dos dois Partidos Comunistas. Para o PC do B impõe-se o caráter violento da revolução, que a partir de 62 passou a ser instrumentalizado. Nesse sentido, é que antes do golpe de 1964, militantes do Partido partem para o campo, para entrar em contato com sua realidade e dar início aos seus preparativos de guerrilha.

Ainda na Conferência Nacional Extraordinária de 1962, em um pequeno relatório, os delegados colocam que desde 1957 os "comunistas revisionistas" haviam suprimido a imprensa do Partido, abandonado o trabalho de educação e mais tarde dissolvido a UJC (União da Juventude Comunista), além de outras organizações de massa, e votam pela volta de "A Classe Operária", que ressurge em março, sob a direção de M. Grabois e P. Pomar.

## Semana que vem mais P.C. do B.

Saiu o livro «131—D. Linhares — Memorial da Prisão Política» de Gilney Amorim Viana.

O livro é publicado pela Editora História e está à venda nas grandes livrarias ao preço de Cr\$ 100,00. Pedidos podem ser feitos à Rua Rio de Janeiro 300 s/411 Centro BH.

131—D Linhares é o testemunho de um jovem mineiro, mantido há quase dez anos nas prisões políticas do regime. Longe de expressar o ódio que tal situação provoca, os textos nos trazem a mensagem de lirismo de um combatente que, dedicando sua vida à luta pelos direitos dos trabalhadores, redescobre o amor pela companheira, o sentimento da vida dos pequenos seres, plantas e animais.

Editora História — CBA—MG, MFPA—MG

considerando que "tanto o artigo de Marco Aurélio, como a entrevista de Altino Dantas Jr. (ver Em Tempo, nº 83) pecam por uma simplificação mecanicista da história" da esquerda brasileira, uma leitora, que se assina como "ex-militante do PRT" nos envia as seguintes notas:

Sobre nosso artigo:  
"1 — Acho importante que se deixe claro que a AP não surgiu diretamente de uma posição cristã, que é sua origem, para uma posição maoísta. Dentro de uma visão mais ampla, é bom lembrar que a aproximação teórica da AP com o Marxismo deu-se através de Louis Althusser e Martha Hanecker. (...) após o golpe de 64, (...), a AP vai ter um grupo de militantes em Paris e é este grupo que assume uma posição marxista. De volta ao Brasil, formará a base fundamental da equipe responsável pela formação de quadros dentro da AP.

Tentemos compreender esse momento: a AP, uma organização de origem pequeno-burguesa, e que até essa época havia crescido e se fortalecido através de uma atividade prática muito grande, começa a assumir o marxismo pela porta da prática teórica althusseriana. A AP, que até então, na sua prática diária, tinha uma posição anti-comunista, começa a se opor tanto ao PC do Brasil como PCB, e passa a definir o caráter da sociedade brasileira como capitalista e sua Revolução como Socialista.

(...) É com Debray que a AP tentará fazer a ligação entre a teoria de Althusser vis-a-vis seu praticismo constante.

(...) A direção, nesse momento, não está preocupada em formar quadros; é o grupo de Paris, fundamental, que começará a ter essa preocupação.

Outro dado importante a ser analisado, e que nem Marco Aurélio nem Altino tocaram, é a forma como se desenvolve a luta interna na AP com o grupo que mais tarde formará o PRT.

Será que só a direção da AP cometeu erros nesse processo?

O relato que Marco Aurélio faz sobre a Reunião Nacional Ampliada é exato. Falta, porém, a análise da atuação dos 2 grupos antes da Reunião. Infelizmente, não tenho condições de fazer esse balanço isoladamente (...).

Acho mais que importante essa reconstituição porque a esquerda brasileira, não sabendo pensar revolucionariamente com as divergências, acaba resumindo tudo a uma briga entre vildes e mocinhos.

A análise desses processos de "Rachas", não só da AP como de outras Organizações, é que virá a nos dar condições de modificarmos nossa visão.

Voltando agora ao Maoísmo - os companheiros da AP vão descobrir que o PC do B não era "Organização" mas sim "Partido Irmão" quando da chegada, no mesmo dia, de duas delegações em Pequim: uma composta por membros do CC do PC do B, recebida com honrarias oficiais, e outra composta de dirigentes da AP, recebida apenas como uma delegação de "uma organização aliada".

Com esse fato quero demonstrar que:

1 — é o mesmo grupo de Paris que inicia seu processo autocrítico em relação a Althusser e que, portanto, os novos posicionamentos de revisão já estavam existindo antes do fato acima citado;

2 — o que ocorreu em Pequim foi que os companheiros da AP não tiveram seu curso iniciado enquanto não aceitaram a tese do "Brasil semi-feudal";

3 — é a partir da volta desses companheiros que se instaura o dogmatismo, com uma visão maoísta dentro da AP (...).

Sobre a situação interna no PRT:

Dentro do próprio Congresso já surgem algumas divergências que são superadas, não de fato, mas sim em nome da unidade.

Porém, quando do início das ações armadas, não é mais possível evitar o confronto que dá origem a 3 posições:

1 — As ações armadas deveriam ter caráter seletivo, tendo como alvo principal os órgãos governamentais.

2 — Uma posição intermediária, de auto-sustentação, que achava que naquele momento as ações não deveriam nem ser assumidas, uma vez que sua finalidade era apenas angariar fundos

3 — Uma posição mais agressiva de alguns companheiros que propunham ações em cadeia de imediato.

Estas posições levam à existência de 3 correntes dentro do PRT que na prática, no início de

1970, já está cindido em 3 grupos que mal se comunicam.

Estes fatos nunca puderam ser analisados e discutidos pelos membros do PRT uma vez que o cerco repressivo fechou-se em torno da Organização e, na prática, ela foi dissolvida.

Passo, agora, à entrevista do companheiro Altino. Desejei, inicialmente, fazer algumas correções na "biografia" do companheiro. Tal desejo, porém, abandonou-me, pois não tenho esse direito. Se correções cabem ser feitas, e cabem, devem ser feitas pelo biografado e não por mim.

A meu ver, a entrevista como um todo peca pelo seu caráter personalista.

Não vi, em toda a entrevista do companheiro, a auto-crítica quanto a forma como a Comissão Executiva Provisória atuou com os elementos de base, principalmente os de origem pequeno-burguesa e que tinham uma grande confiança nessa Direção.

(...) As exigências eram grandes, imensas, e caso o indivíduo vacilasse, por não ter condições de assumir o que se esperava dele, vinha a frase feita - "O companheiro continua pequeno-burguês". Mas claro que continuava! Ele não tivera uma prática política e social realmente transformadora!

Se analisarmos nossa prática veremos que, mesmo com uma roupagem diferente, em muitos momentos nossa prática foi igual ou parecida com a da Direção da AP que tanto criticávamos.

No tocante a entrevista propriamente dita, gostaria de comentar alguns trechos.

1 — "Muitos de nós nos opunhamos" etc. (pág. 13 - 8º p.)

Embora na época não fosse militante de AP, acompanhei muito de perto esse processo e, a meu ver, o que ocorreu foi que no primeiro momento não houve oposição porque havia uma aceitação geral do Maoísmo dentro da AP. O que vai chamar a atenção para a questão são os famosos "pontos de critérios de militância", onde se exige dos militantes a proletarianização como uma forma de preparo para se chegar ao campo, ou seja, de pequeno-burguês a operário e de operário a camponês.

2 - "para dar uma idéia do processo, Altino relembra", etc. (idem, 9º prgr.).

No que se refere a este parágrafo, pediria ao companheiro sabiam que por mais absurda que dito que está escrito, procurasse corrigir-se e fizesse um esforço de memórias pois, ao que eu saiba, ela não se encontrava presente a aludida reunião.

3 — "A mim foi exigido que fosse morar numa casa sem luz", etc. (idem, 15º prg. últ. frase).

Não foi exigido apenas do companheiro, que fosse morar em casa sem luz e água e esquecesse os eletrodomésticos. Esse ponto era um dos principais pontos dos critérios de militância e todos os companheiros sabiam que por mais absurda que parecesse, a não-obediência poderia levar ao rebaixamento ou mesmo a expulsão.

4 — "Dezenas de militantes se reúnem, pela primeira vez", etc. (idem, 23º prgr. últ. frase).

Muitas vezes somos empolgados pela propaganda do "Brasil Grande" e isto, enquanto esquerda, é muito prejudicial. A importância desta reunião não está colocada em função dos números, mas sim pela qualidade e representatividade de alguns companheiros presentes. E mais: pelo posicionamento assumido nela, que foi o da elaboração do Documento "Duas Posições", a primeira semente de um esforço conjunto para, dentro de nossas limitações, procurar conhecer e avaliar a realidade brasileira, consubstanciando no Programa do PRT. (...).

Para finalizar, faria uma sugestão aos companheiros do "Em Tempo".

Não é possível que a cabeça de um único elemento seja depositária de todo um período da História. A complexidade da prática política, os meandros, as posições de combate a outras posições, tudo isso foi muito maior para apenas um indivíduo guardar.

Por isso, e levando em conta que a verdade é sempre evolucionária, proponho:

1 - Que toda vez que se pretender montar a história de uma Organização ou Grupo, na medida do possível, procure-se organizar um debate com um grupo de militantes dessa Organização. Desta forma, evitariamos visões parciais e estariam, portanto, mais próximos da verdade;

2 — Que o jornal evitasse citar nomes de pessoas e que quando isso ocorresse, a pessoa citada deveria ser consultada sobre a necessidade de aparecer seu nome. Só então, com a aquiescência

do citado, é que nomes apareceriam nas páginas do jornal.

A história dos anos 60-70 é muito recente; muitos participantes estão ainda por aí, muitos passaram por torturas para confirmar nomes ou nomes políticos.

Portanto, só elas podem saber se informações desse tipo podem ser publicadas, para montar-se uma escola de quadros, intra-estrutura e gráfica.

Companheira:

Fomos obrigados, por razões de espaço, a realizar alguns cortes na nota de mais de 100 linhas por ti enviada, mas esperamos que o seu conteúdo em nada tenha sido prejudicado. Por razões de método, separo em três tipos as questões por ti tratadas: 1) observações sobre a entrevista de Altino Dantas Jr. (publicada no 83 de Em Tempo), cuja versão definitiva lhe foi submetida pessoalmente antes da publicação, da mesma forma que o resto dos materiais publicados nesta edição; 2) observações específicas sobre a maneira pela qual abordei a história da Ação Popular e do P.R.T. e, finalmente, 3) observações gerais sobre a Contribuição à História da Esquerda Brasileira, que estamos publicando.

Quanto as observações feitas à entrevista de Altino, penso que somente ele pode responder. Já na que se refere às "simplificações" em que eu teria incorrido no tratamento da AP e do PRT gostaria de esclarecer-te, em primeiro lugar, que não "simplifiquei" a análise da evolução ideológica da AP até o marxismo e, neste particular, te remeto ao nº 82 de Em Tempo, aonde nas páginas 12 e 13, seja no texto central, seja num box intitulada Um marxismo de Mao a Marx procurei chamar a atenção para aspectos reais deste processo de transformação, citando especificando o papel nele desempenhado pelo "grupo de Paris" e, particularmente, a incidência do pensamento de Althusser e de sua epígona, Marta Hanecker.

As informações de que disponho (e que provêm de mais de uma fonte) me levam a crer que a "virada marxista" se consumou efetivamente com a volta dos militantes que haviam viajado à China, ainda que eu concorde totalmente contigo que é a partir deste momento que se instaura o dogmatismo dentro da organização. A informação que tu dás de que os militantes da AP só começaram seu curso na China depois de haver aceito a tese de um "Brasil semi-feudal", já está contida na entrevista de Altino, como tu podes ver, relembrando-a mais atentamente. Estou de acordo contigo, igualmente, quando consideras as dificuldades de analisar mais detalhadamente o processo de luta interna na AP que levou à cisão do PRT. Este aprofundamento da questão escapava às pretensões desta série, cujos limites do ponto de vista informativo e analítico foram desde o começo assinalados por mim. Já as diferenças existentes dentro do PRT sobre o problema da luta armada estão sugeridas em meu texto, ainda que tu as especifiques mais.

Gostaria, finalmente, de referir-me a tuas sugestões sobre como enfrentar a história da esquerda brasileira. Temos procurado reconstruir esta história a tendo como base mais de uma fonte, ainda que nem sempre a partir de um confronto direto entre protagonistas de um determinado episódio, coisa que não é sempre fácil realizar, como a companheira, pode imaginar. A utilização de um depoimento pessoal nos parece compatível com as exigências de objetividade, desde que o depoimento seja confrontado com outras fontes, como sempre o fizemos. Que eles produzam discordância, nos parece normal, tendo em vista a complexidade da problemática que estamos tratando. Não só os nomes como os fontes por nós citados são de amplo conhecimento do aparelho repressivo. Nem EM TEMPO, nem eu pessoalmente, nos prestaríamos a tarefa de aumentar o já abundante caudal de informações que a repressão dispõe a respeito da esquerda.

A realização desta Contribuição à História da Esquerda tem se defrontado com algumas poucas incompreensões; no fundamental, no entanto, pensamos que ela tem provocado um salutar debate no interior daqueles setores que estão preocupadas em pensar "nossa herança" sem triunfalismos nem ressentimentos. A carta da companheira parece-me uma prova disto e por isso eu lhe sou grato. (M.A.G.)

## Alemanha Ocidental A longa série de mortos da RAF



1) Georg von Rauchi; 2) Ulrike Meinhof; 3) Ingrid Schubert; 4) Siegfried Hausner; 5) Katharina Hammerschmidt; 6) Jan Karl Raspe; 7) Holger Meins; 8) Gudrun Ensslin; 9) Petra Schein; 10) Thomas Weissbecker; 11) Andreas Baader.

No dia 18 de outubro de 1977, Andreas Baader, Jan Karl Raspe e Gudrun Ensslin, militantes da Fração Armada Vermelha - RAF - (mais conhecida pelo nome de seus integrantes Baader-Meinhof) morreram na prisão de Stammheim, na Alemanha. Os dois primeiros com tiro e a terceira por enforcamento. Uma quarta vítima, Ingrid Moeller, degolada, sobreviveria ao "suicídio coletivo". O governo alemão, depois de "minucioso exame" concluiu por esse veredicto e o "affaire" foi definitivamente encerrado.

No entanto, sabe-se que a autópsia de Baader e seus companheiros revelou que eles já estavam mortos há mais de sete horas quando foram descobertos pelos guardas da prisão. Isto indica que foram mortos no momento exato do resgate do avião sequestrado por um comando da RAF, cujo objetivo era o de liberar Baader e seus companheiros. Tratava-se, sem dúvida, de uma ação conjunta por parte do governo alemão. Além do mais existia um revólver cujo cano media 18 cm. Como foi possível que numa prisão considerada modelo, tamanha arma ser introduzida? Naturalmente a imprensa burguesa procurou justificar o fato pelo maquiavelismo de Baader. Até na morte ele teria tido a intenção de comprometer o governo e as instituições alemãs. Mas de fato, no caso da longa série de mortos da RAF, o governo alemão ficou completamente comprometido. O método do "suicídio" dos participantes do grupo nas prisões já havia sido inaugurado em 1974: essa foi também a versão oficial para a morte de Ulrike Meinhof, ao lado de Baader, o mais importante membro do grupo. Naquele ano, em 9 de novembro, ocorreu ainda a dramática morte de Holger Meinz na prisão de Wittlich, após 53 dias de greve de fome. No momento de sua morte ele pesava 39 kg, tendo 1,84m de altura (ver foto). Ele deveria ter sido transferido de prisão conforme a decisão do tribunal de Stuttgart. Mas o promotor geral, Buback desobedeceu as ordens alegando problemas de segurança. (R. Rodrigues).



## El Salvador Golpe de estado

O governo do General Romero foi derrubado por um golpe militar. Embora não tenha ficado totalmente clara a orientação dos novos dirigentes, sabe-se que nos últimos tempos avolumavam-se as críticas de setores burgueses e do exército à ineficiência de Romero no combate à "subversão esquerdista". Na verdade, a situação está ficando cada vez mais difícil para o atual bloco no poder que representa uma continuidade de mais de quarenta anos de governos militares, sem nenhuma dúvida, o recorde das ditaduras do continente. Depois da vitória sandinista na Nicarágua o ânimo dos setores populares cresceu significativamente e multiplicaram-se as ações contra o governo, a ponto do Departamento de Estado Norte-Americano considerar a situação do país como "insustentável". Tudo indica ainda que este estava a par de todos os preparativos para a substituição de Romero no poder.

Proclamando uma profissão de fé democrática, os novos governantes começaram sua gestão suspendendo as reduzidas garantias constitucionais que vigoravam e pondo o poder judiciário em recesso para reforma. (R. Grum)

## China Manifestações estudantis

Enquanto Hua Guofeng faz visita oficial à Europa, na China as manifestações se sucedem. Diariamente o chamado "Muro da Democracia" em Pequim aparece com novos cartazes contendo críticas a Mao Tse Tung e à Revolução Cultural, pedidos de legalização de um partido social-democrata e até mesmo de restauração do capitalismo assinado por camponeses.

Por outro lado, nos últimos 15 dias os estudantes da Universidade de Pequim promoveram três grandes manifestações com passeatas. A primeira exigindo a retirada de tropas do Exército Popular dos Alojamentos da Universidade nos quais estão sediados desde 1969. A segunda e a terceira exigiam a retirada de uma fábrica de cigarros que ocupa 84% das instalações desde 1970. Isto é, estudantes chineses querem de volta a Universidade desativada pela Revolução Cultural reivindicando ainda sua gestão. (S. Mattos).



## Marxismo e Quadrinhos

Companheiros, Foi com pesar que lemos a nota "Filosofia em Quadrinhos", de Olgária Matos, no nº 83 do EM TEMPO. Ainda não tivemos acesso à edição brasileira do "Capital" em quadrinhos, mas conhecemos a portuguesa que sem dúvida sofre pela simplificação e pelo maniqueísmo — e a edição brasileira do Manifesto em quadrinhos, que, concordamos, também é pobre em termos de desenho (e confusa).

No entanto, em expressões como: "a união de domínios separados — o do pensamento abstrato reflexivo e o prazer gratuito dos quadrinhos", a

companheira Olgária demonstra não entender nada de quadrinhos. Isto porque — como procuramos mostrar num artigo publicado no ET nº 52 — basta uma análise um pouco mais detida do que a burguesia tem produzido em termos de HQ, para verificarmos que eles não têm nada de gratuito. Apenas um exemplo: uma estória publicada no Almanaque Tio Patinhas, em que o milionário de Patópolis intervém na revolução de um país asiático chamado Vietbang, depondo um ditador que "oprime" o povo do país e colocando em seu lugar um pato seu amigo. E o simpático Patinhas ainda colabora com o "mis-

terioso" país, devolvendo-lhe o seu tesouro que ele mesmo havia roubado no começo da estória. Amenidades gratuitas como esta podem ser encontradas em todas as publicações do inocente Mundo Disney, da "Mônica", dos super-heróis, etc.

Mas, se a burguesia tem sabido se utilizar de todo o potencial ideológico dos quadrinhos, também os marxistas estão se apropriando deste veículo e desenvolvendo-o. Antes de afirmar que marxismo e quadrinhos são incompatíveis, recomendaríamos à companheira a leitura do mexicano Rius, ou do mineiro Lor, especialmente os seus Cadernos do CET (Centro de Estudos do Trabalho). Porque, na verdade, o que ela afirma sobre o quadrinho é exatamente o que o quadrinho burguês pretende aparentar: inocente diversão gratuita.

Sobre a afirmação de Olgária de que o quadrinho "fica encarregado de abolir ilusoriamente as barreiras sociais: todos podem ter acesso ao 'Capital'", gostaríamos de lembrar apenas o preço habitual deste tipo de publicações (não menos de 50 cruzeiros).

E, finalmente, embora não estejamos tão à vontade neste terreno como no terreno do quadrinho, podemos afirmar que a companheira coloca o marxismo em tais alturas do "pensamento abstrato reflexivo", que parece esquecer a famosa tese do velho filósofo alemão de que "não basta interpretar o mundo. É hora de transformá-lo." (K. Marx, XI tese sobre Feuerbach). Saudações socialistas GRUPO MINEIRO DE DESENHO

UM INFORMATIVO, UM JORNAL DE DEBATES, POLÊMICAS  
CRÍTICAS E RESENHAS SOBRE LIVROS. UM MEIO PRÁTICO  
DE SE CONHECER TUDO O QUE É PUBLICADO NO BRASIL.

### JORGE AMADO

- João Ubaldino Ribeiro



A literatura japonesa no Brasil  
José Yamashiro  
A CRÍTICA DA CRÍTICA  
Affonso Romano de Sant'Anna

Escola Pública, mas democrática e popular  
Perseu Abramo

Edição: José Arthur Giannotti, Washige, Novas, Newton Carlos, Ivan Ângelo, Leon Pomer, Irde, Carlos Francisco Iglesias, Marco Antonio Corbilo, Rodolfo Konder, Nogueira Moisés, Alexandre Guimarães, Jefferson de Rios, Norberto Silva, Lino Elkati, Moacyr Werneck de Castro, Vinícius Caldera Bram.

54 LIVROS RESENHADOS NESTA EDIÇÃO. 387 TÍTULOS CATALOGADOS EM SETEMBRO. ESCOLHA O SEU E PRESTIGIE SEU LIVREIRO.

Nas bancas e livrarias



# LEIA

LIVROS

Número avulso Cr\$ 30,00

Assinatura anual Cr\$ 360,00

Rua Barão de Itapetininga, 93 — 12º

Tel.: 36-0671 — C. P. 30.273 — SP

### EM TEMPO

Rua Matheus Grou, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05415-100 - Telefones: 288-4759/853-6680

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Eder Sader (presidente) Aluísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadei, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Allii, Tom Duarte (Suplentes: Luci Ayalla, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes).

DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadei, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR-CHEFE: Carlos Tibúrcio.

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO: Robinson Ayres

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres

REDAÇÃO: F. Pereira, Antonina, Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Allii, Elvira Oliveira, Maria Cândida, Relton Fracalossi, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vianna Amaro, João Machado, Olgária Matos, Elisabeth Lobo, Roberto Grum, Virginia Pinheiro, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Flávio Aguiar.

ARTE, DIAGRAMAÇÃO E SECRETARIA GRÁFICA: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi; Ilustração: Sian, Martinez,

Cadinho, Claudio Natal, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos: Jesus Carlos, Ennio Brauns Filho;

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 - Tel: 335-7773) Alberto Duarte, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Maurício Godinho, Paula Kegus, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista, Marisa Araújo, Amarildo, Porto Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schimer, Sosa, Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro: (Praia de Botafogo, 316,

### CICLO DE CINEMA

Sindicato dos Bancários de São Paulo

Próxima Apresentação: «Umberto D», de Vittorio de Sica, 1951 — Dias 20 e 21/10 às 18 e 20 hs.

Local: Rua Florêncio de Abreu, 270 — Centro SP

Ingresso: Cr\$ 20,00 Bancários e Metalúrgicos sindicalizados: Cr\$ 10,00

### Simpósio sobre a fábrica no Brasil

Todas as 2ªs feiras do mês de outubro às 20 horas  
Próximo debate: FÁBRICA E DIREITO DO TRABALHO dia 22/10

Local: Rua da Matriz, 82 — Botafogo RJ Tel 286-0966 — Promoção do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Sala 209) Beatriz-Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcelo Beraba, Salvador: (Av. Joana Angélica, nº 8 - 1º andar - Sala 14) Auelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Danilo Godinho, Lina Maria.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes, Belo Horizonte - Telefone: 35-7773. Distribuidora: Superbancas Ltda, m R. Ubaldo do Amaral, 42 - RJ. Composição e Impressão: Empresa Jornalística AFA Ltda - Av. Liberdade, 701 - São Paulo - SP - Fone: 278-9110



# NICARAGUA LIBRE

## Viagem à Revolução Sandinista

Por Bernardo Kucinski

### 1 — Preparativos

**K** de kaki, U de união, C de Carlos, I de Inez, N de nadie, S de Sandino... Sandino querida, y si no quieres me lo diga... nó, de Somoza nó, hijo de puta... Sandino querida, si, um beso...

Está garantida a reserva no embarque da manhã seguinte da Cidade do México para Tegucigalpa. De lá deve partir, à tarde, o primeiro voo 415 da SAHSA — Servicios Aereos Hondureños S/A após cinco semanas de interrupção. Destino: Manágua, capital de Nicaragua Libre. O retorno só pode ser confirmado em Manágua. Desde a insurreição permanecem interrompidas parte das linhas telefônicas. Somoza se foi há sessenta e dois dias, corrido pela guerrilha sandinista e o levante popular.

— O mundo quer definições: Nicarágua será ou não uma outra Cuba?

Rosenthal, economista guatemalteco, franziño, modos suaves. Chefe da Comissão Econômica da ONU para a América Latina no México. — CEPAL — com jurisdição sobre a América Central. Ar condicionado, janelas panorâmicas. A cidade estende-se até a linha do horizonte com seus doze milhões de habitantes.

— Será ou não uma nova Cuba? Rosenthal repete a deixa. (Ele fala de Cuba, e estamos no México, onde ocorreu a primeira grande revolução popular deste século, com Zapata, com Pancho Villa, em 1910).

Ontem, neste mesmo edifício, dois andares abaixo, o relato seco da funcionária da UNICEF, agência da ONU para crianças:

— A desnutrição existe em grande escala no México; a mortalidade infantil atinge 80 crianças em cada mil nascimentos vivos, e parece que ultimamente vem aumentando. (Quatro vezes mais do que nos Estados Unidos; e está aumentando, ela disse. Bosta de revolução mexicana).

Ante-ontem, o chofer de taxi:

— Aquí los sindicatos son dueños de los empleos y uno tiene que estar bien con los jefes políticos. Si uno se destaca en la oposición al régimen, se le ofrece dinero o una embajada, si recusa es amenazado, si insiste, es "desaparecido."

Há cinquenta anos a mesma elite crioula está no poder. No México, jornalistas recebem dois cheques de pagamento; um modesto, do patrão, outro generoso, do setor do governo que cobrem.

**«Esta é uma revolução que não tem manual, não tem receita, nem os próprios sandinistas sabem o que vai acontecer»**

Rosenthal:

— Ninguém sabe o que vai ser da revolução sandinista, nem eles mesmos. Esta é uma revolução que não tem manual, não tem receita. Em parte, porque resultou de uma aliança entre grupos políticos muito heterogêneos. Em segundo lugar porque os sandinistas não esperavam que esta ofensiva os levasse ao poder tão depressa e muito menos de forma tão absoluta. Mesmo os elementos mais radicais do comando sandinista achavam que teriam que repartir poder com o somozismo. Mas quando o vice-presidente Francisco Ureuyo tentou dar a volta por cima do acordo que propiciava a transição, e disse que governaria mais cinco anos pelo menos, houve a debandada geral do somozismo da Guardia Nacional, tudo. (O programa da Junta de Reconstrução Nacional, fundada "em algum lugar da Nicarágua", a 18 de junho, um mês antes da vitória, preocupava-se com a sobrevivência das estruturas da ditadura e prometia "al heroico pueblo de Nicaragua", que:

— Serão dissolvidas todas as estruturas do poder somozista... a polícia será submetida a um regime especial... será organizado um novo exército nacional... formado por combatentes da Frente Sandinista de Libertação Nacional, e por aqueles soldados e oficiais que tenham demonstrado uma conduta honesta...

Mas não foi preciso. As colunas de guerrilheiros ficaram com palácios e quartéis vazios. Os arquivos intactos da "seguridad", as grandes famílias somozistas e os oficiais da Guardia Nacional em fuga. O poder total ruiu totalmente; impressionante dialética.

**«Não sobrou nada das estruturas do poder somozista. O poder total ruiu totalmente; impressionante dialética»**

Rosenthal:

— O fato mais importante é que os sandinistas não tem necessidade de socializar toda a economia. As propriedades de Somoza, que eles confiscaram, equivalem a mais ou menos metade da capacidade produtiva nacional. Dá pra eles se divertirem bastante, sem terem que mexer na propriedade privada remanescente.

concentrado, imediatamente após a vitória sandinista. Mais do que um simples relatório, é a tentativa da CEPAL de oferecer à revolução sandinista uma receita. Uma oportunidade rara para as teses reformistas do pensamento "cepalino" — a América Latina como periferia de um centro industrializado; a necessidade de planificação, a industrialização substitutiva das importações; a integração econômica regional, a melhoria nos termos de troca.

O ponto de partida da receita "cepalina" para o projeto econômico da revolução nicaraguense, é o conceito de "economia mixta", já oficializado no programa do Governo de Reconstrução Nacional.

OBJETIVOS

ITEM 3.

CONFORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA MIXTA

Avanço gradual em direção à conformação de uma economia mixta na qual coexistam: uma área estatal e de propriedade privada social, de alcance preciso e características claramente delimitadas... uma área privada; uma terceira área de investimentos conjuntos ou coordenados dos setores público e privado.

Torrealba fascinado — prossegue:

— Em segundo lugar, há o sistema bancário, que foi nacionalizado e que tinha de tudo, de bancos a cabarés. A nacionalização não provocou reação porque os bancos estavam em estado de insolvência absoluta, devido à paralisação prolongada de boa parte das atividades econômicas durante a insurreição. Esse setor agora está a cargo de um "fideicomisso nacional", cuja primeira a tarefa, bastante complexa, é a de proceder a um saneamento das empresas.

RELATORIO DA CEPAL:

Cerca de 35 mil pessoas perderam a vida na Nicarágua durante o conflito, em boa parte crianças, mulheres e anciãos que não puderam fugir dos bombardeios... além disso calcula-se que houve entre 80 mil e 110 mil feridos, dos quais 40 mil a 60 mil requerem atenção contínua... um milhão de pessoas carentes de alimentos, entre as quais 450 mil crianças, até que restabeleça a produção de alimentos por ocasião da colheita da safra que agora começa a ser semeada... o Governo de Reconstrução Nacional calcula que há 40 mil crianças órfãs.

Torrealba:

— O importante agora é colocar a casa em ordem. A ajuda internacional pode desempenhar um papel decisivo, as manifestações de apoio ao Governo de Reconstrução Nacional ultrapassaram as fronteiras ideológicas.

RELATORIO DA CEPAL:

A dívida externa do país chega a 1,5 bilhão de dólares... o país centro-americano com maior nível de endividamento tanto em termos absolutos como em relação ao Produto Interno Bruto.

A magnitude do problema é de tal proporção que sem a colaboração decidida da comunidade internacional, só haveria dois caminhos: a imposição de um sofrimento ainda maior a um povo que já foi muito castigado ou, forçosamente, o não cumprimento das obrigações financeiras contraídas pelo país em circunstâncias anteriores.

Torrealba:

— A Junta do Governo de Reconstrução Nacional já descartou a hipótese de declarar uma moratória unilateral da dívida. A política que esta tomando corpo é a de renegociar a dívida para depois de 1981. De qualquer forma a comunidade financeira internacional ainda espera que as novas autoridades conversem com o Fundo Monetário Internacional, como demonstração de bom comportamento... quando Allende renegociou sua dívida ele teve que receber uma missão do Fundo Monetário. (O relatório da CEPAL dramatiza os problemas econômicos de curto prazo; a junta dramatiza. Os números nas tabelas do relatório da Cepal são diferentes, mostram uma economia rica terras abundantes, população escassa, vários produtos de exportação valiosíssimos, como café, carne, algodão, próxima aos grandes centros consumidores, vastas florestas ainda inexploradas).

Torrealba:

— Sim, a Nicarágua, com apenas 2,5 milhões de habitantes, e a maior superfície entre os países da América Central, apresenta uma das melhores relações entre população e recursos naturais do nosso planeta. Estou convencido de que os problemas econômicos da Nicarágua podem ser solucionados facilmente; em dois ou três anos a Nicarágua estará bem, porque tem tudo para estar bem. A experiência da "economia mixta" poderá dar resultados maravilhosos... um laboratório social da maior originalidade.

Torrealba esfrega as mãos.

No andar térreo do próprio edifício sede da CEPAL há uma livraria. Compro "Imperialismo e Ditadura" escrito por Jaime Wheelock Román, um dos teóricos da Tendência Proletária, a mais radical entre as três correntes que formam a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Hoje ele é um dos homens fortes do regime, ministro para a Reforma Agrária. Leitura de bordo no voo para Manágua.

Próximo capítulo:  
«Bienvenidos a Nicarágua Libre»



RELATORIO DA CEPAL:

Pussa ao patrimônio do Estado uma superfície aproximada de 350 mil hectares, incluindo 60 mil de terras altamente produtivas, em que predominam as culturas de cana, arroz, café e fumo... Nos setores de indústria e serviços foram confiscadas cerca de 50 empresas...

Rosenthal:

— Do ponto de vista internacional também não há mais lugar hoje para uma nova Cuba. Os sandinistas não podem se dar ao luxo de uma intervenção armada dos Estados Unidos.

Pausa, mudança de tom:

— Mas os sandinistas poderiam criar uma economia socialista sem provocar necessariamente uma intervenção americana, desde que se mantivessem longe da União Soviética. Há membros do Governo de Reconstrução Nacional que gostariam de fazer exatamente isso.

Rosenthal despede-se. Dentro de dez dias a Assembléia Geral das Nações Unidas discutirá o relatório da CEPAL sobre a situação econômica da Nicarágua. A CEPAL já vinha acompanhando de perto os problemas econômicos do país, especialmente a partir do terremoto que destruiu 90 por cento do centro de Manágua no dia 23 de dezembro de 1972, motivando um vasto movimento de ajuda internacional canalizado em grande parte pela ONU (mas Somoza embolsou na ocasião cerca de 250 milhões de dólares). O relatório de agora foi escrito em apenas dez dias, em regime de esforço

**«A experiência de economia mista poderá dar resultados maravilhosos... um laboratório social da maior importância»**

Qual seria essa área estatal e de propriedade social?

Ernesto Torrealba, economista da CEPAL, um dos principais mentores do relatório-proposta para a Nicarágua:

— Somoza era um empresário moderno, suas propriedades agrícolas eram boas, diversificadas, de alto rendimento, dispo de infra-estrutura industrial e exportadora. Nessas fazendas está a capacidade da Nicarágua de gerar excedentes, o principal pilar da acumulação... Os sandinistas já decidiram que não vão repartir esse patrimônio, não vão usá-lo para resolver problemas gerais de reforma agrária. Vão conservar essas propriedades, sob a tutela do Estado, mantê-las funcionando materialmente como antes, e pagar bem aos compeoneses, isso sim. Vão fazer dessas propriedades, os núcleos de comando da política rural e agrícola; ao redor delas haverá um desenvolvimento integrado para dotar a população camponesa de serviços básicos, habitação, saúde, educação, lazer e tudo o mais que uma vida decorosa requer.